ENTREVISTA COM PAULO ROBERTO DE ALMEIDA

CIENTISTA SOCIAL, DIPLOMATA DE CARREIRA, REPRESENTANTE ALTERNO NA DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À ALADI (1990-1992), CHEFE DOS SETORES ECONÔMICO E DA OCDE, NA EMBAIXADA DO BRASIL EM PARIS (1993-1995), CHEFE DA DIVISÃO DE POLÍTICA FINANCEIRA E DE DESENVOLVIMENTO (1996-1999), E MINISTRO-CONSELHEIRO NA EMBAIXADA DO BRASIL EM WASHINGTON (1999-2003).

REALIZADA EM 17 DE MAIO E 24 DE MAIO, POR VIDEOCONFERÊNCIA. TEMPO DAS GRAVAÇÕES, RESPECTIVAMENTE, 130 MIN E 163 MIN.

- **Primeiro dia: 17/05/2024**

José Ferreira – ***Bom dia. Mais uma vez, muito obrigado pela pronta resposta e pela disposição em participar desta entrevista. É uma grande satisfação tê-lo como entrevistado. Para começar, o senhor poderia apresentar um panorama geral da sua interpretação sobre a política externa brasileira em relação ao Mercosul, no período abordado pelo projeto de pesquisa ao qual teve acesso, de 1999 a 2002?***

Paulo Roberto de Almeida – Bom dia. Veja, antes de a gente começar com as suas nove perguntas, que são bastante abrangentes e *demanding*, como diriam os americanos... Você citou até o meu texto sobre a cronologia, e eu fiz vários cronogramas das medidas do Mercosul. Você tem uma série de perguntas que são sobre o contexto geral, o contexto mais amplo, visão do mundo, etc., e eu gostaria, então, de dar a minha impressão ou a minha interpretação do processo tal como ele efetivamente se passou e, aí, fazer algumas distinções relevantes sobre como as coisas devem ser interpretadas — e não em função apenas da história Brasil-Argentina, a relação bilateral. Você viu que o processo começou antes, antes mesmo da redemocratização, como sendo atos da diplomacia brasileira ou moldados pela diplomacia brasileira. Foi muita

diplomacia presidencial, no bom e no mau sentido. E eu vou me explicar sobre isso agora antes de entrar nas suas nove perguntas.

Então, começamos com a liberalização comercial Brasil-Argentina, se supõe, 1983, 1985, 1986. O PICE, o Programa de Integração e Cooperação Econômica, depois a Ata de Buenos Aires de 1990, que é decisiva, mas aí já é outro governo, são outros dois governos, depois o FHC e as medidas que foram tomadas nos anos 1990. Enfim, segunda metade dos anos 1990, sobretudo até a crise, realmente, que começou em 1999 e se prolongou até 2002, com o calote argentino, mudança de governo, mudança de orientação. E depois, em 2003, é Kirchner e Lula, e aí é o processo realmente de redirecionamento da agenda do Mercosul.

Então, vamos situar isso. Você tem uma ditadura argentina que cai depois da Guerra das Malvinas, entra o Raúl Alfonsín, que tenta colocar a Argentina no bom caminho, mas ele é atropelado pela economia, e a hiperinflação faz até com que ele desista seis meses antes, não é isso? Ele acaba saindo do governo, e vem o Menem. Então, você tem a presidência Menem, mas o próprio Alfonsín já tinha proposto ao Figueiredo, antes do fim da ditadura no Brasil, portanto, um processo de integração, que o Figueiredo — enfim, não era um cara especialmente sabido em temas econômicos, trabalhou no SNI durante algum tempo, estava mais na repressão e na política do que na economia — não faz nada sobre as propostas argentinas de integração, que correspondem a um projeto antigo Brasil-Argentina, que vem lá dos anos 1950, com Hélio Jaguaribe, depois dos anos 1960, Celso Lafer e Félix Peña, aquela aproximação Brasil-Argentina como necessária.

O Hélio Jaguaribe já falava disso nos anos 1950. Ele tinha um periódico que criou em 1953, Cadernos do Nosso Tempo. Depois, ele teve o famoso livro de 1958, 1959, O Nacionalismo na Atualidade Brasileira, que tem um terceiro capítulo sobre diplomacia, e ele já é, digamos, o pai da integração Brasil-Argentina num sistema democrático, claro. E depois a coisa degringola na Argentina: você tem golpes de Estado, e no Brasil, ditadura, que não são solúveis em água, como eu digo, ou seja, não são muito integracionistas — são nacionalistas, desenvolvimentistas, estatizantes, dirigistas, enfim.

Mas você tem alguns progressos na integração: teve com o Tratado de Montevidéu, mas é uma herança do governo JK [Juscelino Kubitschek], do Horácio Lafer; aproximação Brasil-Argentina em 1958, 1959; memorando Lafer-Taboada; e, finalmente, a assinatura do Tratado de Montevidéu em 1960, que seria apenas um processo de liberalização comercial no Cone Sul, e Cone Sul compreendendo basicamente Brasil, Argentina e Chile, mas enfim. Entram outros países, se faz o Tratado de Montevidéu I de 1960, ALALC, no espírito do GATT da época, art. 24 do GATT, a zona de livre comércio, assim como foi, digamos, a primeira fase do processo

europeu de integração, sobretudo a partir dos Tratados de Roma, de 1958, a criação de um mercado comum europeu, que era um dos objetivos e que foi feito realmente em dez anos. De 1958 a 1968, a Comunidade Econômica Europeia criou a sua união aduaneira e, portanto, entrou numa fase de união aduaneira entre os seis países, e política comercial comum, etc.

Foi o que se tinha na mente e nas regras da época do GATT 47, e nós quisemos replicar a mesma coisa. Fizemos o Tratado de Montevidéu, os países foram entrando aos poucos: a Venezuela, se não me engano, entrou depois; outros países andinos entraram depois; o México também quis entrar no que seria um projeto só Brasil e Argentina, com o Chile, do Cone Sul, que acabou não entrando. Entrou lá no Grupo Andino mais tarde, em 1969… então, você teve essa primeira experiência. Depois, as ditaduras nos anos 1970: nacionalismo, desenvolvimentismo, industrialização por substituição de importações, e ficou por aí.

Quando veio a Guerra das Malvinas e acabou a ditadura argentina, a mais cruel e terrível da história argentina, com milhares de mortos, o Raúl Alfonsín tentou, então, redirecionar a Argentina para um bom caminho, e o bom caminho seria a união com o Brasil e não aquela hostilidade do processo de exploração dos recursos hídricos da Bacia do Prata. A Argentina entrou, isso já nos anos 1970, na Corte Internacional de Justiça contra a construção do que seria, primeiro, a represa de Sete Quedas, que seria puramente brasileira, e, depois, o processo Brasil-Paraguai, de usar mais abaixo, fazer uma barragem binacional, o que enterraria inclusive problemas de fronteira entre Brasil e Paraguai. O Paraguai ainda reclamava algumas terras que o Brasil tinha incorporado lá no século XIX, que eram efetivamente paraguaias. Então, aquilo foi afogado pelas águas da nova barragem.

Então, foi um projeto que foi muito hostilizado pelos argentinos. Tinha um almirante, Isaac Rojas, se não me engano, que queria a nuclearização argentina porque o Brasil poderia afogar Buenos Aires se liberasse as águas da barragem prevista. Enfim, esse processo foi muito complicado no final dos anos 1960, início dos anos 1970, até que a coisa se acalmou com o Alfonsín, justamente.

Mas o Figueiredo não respondeu porque não tinha condições. A diplomacia brasileira também não tinha condições. Estava na fase de transição, era campanha eleitoral de Tancredo Neves no Brasil. Então, a coisa ficou congelada até vir o Sarney, que aí retomou, sim, o projeto diplomático de argentinos e brasileiros, mais até do que os *establishments* econômicos, sempre protecionistas e cautelosos, como a União Industrial Argentina e os industriais brasileiros. Mas o Brasil já tinha se desenvolvido muito mais do que a Argentina durante a época militar. Quando a gente começou nos anos 1960, a Argentina ainda era muito mais desenvolvida, mais avançada, mas ela se afundou muito mais e o Brasil cresceu a taxas chinesas, digamos assim, pelo menos

nos primeiros dez anos do governo militar. Depois vieram a crise do primeiro choque do petróleo e, mais ainda, a do segundo choque do petróleo, que trouxeram a crise ao Brasil, mas ele continuou crescendo porque os militares continuaram investindo. Algo semelhante ao que Lula fez em 2010: colocar dinheiro para a máquina funcionar, "pau na máquina, a todo vapor, marcha forçada", como disse Antônio Barros de Castro.

Então, quando veio o Sarney em 1985, a coisa começou, e logo você tem, primeiro, uma visita bilateral e um degelo nuclear, né? Visita do Sarney às instalações nucleares argentinas e uma espécie de Declaração de Itaipu, se não me engano, sobre essas "medidas de construção de confiança", como diriam os acadêmicos, né? E logo em seguida, depois, o PICE em 1986.

Agora, o PICE era uma liberalização comercial dirigida, administrada, puramente mercantilista. Se você analisar todo o processo bilateral Brasil-Argentina de liberalização dos anos 1980, ou seja, de 1986 até 1990, ele era mercantilismo puro — você faz protocolos setoriais. E o Samuel Pinheiro Guimarães, que estava na divisão econômica latino-americana e depois no departamento econômico, dirigiu esse processo. Até acho que ele liderou pessoalmente muitos dos protocolos setoriais, que eram o quê? Colbertismo, né? O que foi que fez o Colbert? Criou a indústria têxtil, a indústria de porcelana e os estaleiros navais para fortalecer a França, que era realmente o grande país mercantilista e a nação mais poderosa no século XVII, XVIII, da Europa, né? Colbertismo puro. E é o que fez o Samuel Pinheiro Guimarães: liberação comercial guiada. Você teria que ter um equilíbrio gradual, flexível, administrado no comércio bilateral para evitar desequilíbrios, o que é uma ilusão completa, porque o mundo não é equilibrado. O mundo é assimétrico, o que as pessoas não entendem é que o comércio só existe porque há assimetrias estruturais de recursos naturais, de recursos humanos, de capacitação, de tecnologia, de tudo.

Comércio existe porque alguns países são mais competitivos, têm vantagens comparativas, relativas ou absolutas, ou têm vantagens adquiridas, têm capacitação, e aí se faz o comércio. Você importa especiarias, perfumes, sedas do Oriente, e depois você começa a transportar mercadorias também quando os transportes mudam. Depois vem a Revolução Industrial, e aí você tem uma integração comercial com base em assimetrias, em diferenças de dotações e tudo. Algo que parece que os petistas nunca entenderam, né?

Os petistas ainda querem contradizer o nosso autor da teoria das vantagens comparativas, o David Ricardo. Eles não aceitam essa ideia, acham que o Tratado de Methuen e todo o relacionamento desigual Portugal-Inglaterra são uma condenação à desindustrialização. Ou seja, Portugal exportaria vinhos, e eles concederiam redução de tarifa sobre os vinhos portugueses, e Portugal aceitaria os têxteis ingleses que já estavam sendo feitos

com lã e, depois, com algodão, que eles começaram a importar do Egito, da Índia e, sobretudo, dos Estados Unidos. Mas isso é uma incompreensão terrível da economia política, sobretudo "unicampista", sobre essa questão.

O próprio guru do Ciro Gomes, na campanha presidencial de 2002 — não sei se você se lembra —, o Mangabeira Unger, chegou a escrever um livro contra o David Ricardo, querendo contestar a teoria das vantagens comparativas. É um negócio incrível. E os "unicampistas" todos acham que a teoria das vantagens comparativas é uma coisa ruim; você tem que industrializar o país, aí precisa de subsídio, proteção… que é a receita "prebischiana" [em referência a Raúl Prebisch], na sua visão equivocada do keynesianismo, que é uma intervenção econômica em momentos de crise, anticíclica, para retomar o crescimento. Então, você permite despesas públicas, dívida pública, inflação, para gerar trabalho. Aquela coisa de pagar para o cara abrir buraco e fechar buraco, e depois ele vai consumir e faz o multiplicador keynesiano.

Eles acreditam em tudo isso, mas o fato é que o mundo não é assim; o mundo vai aos trambolhões, entende? Revolução Industrial num país, congelamento de fatores produtivos em outros, na periferia, claro, mas o Brasil se desenvolveu com base no "cepalianismo", no "prebischianismo". O que os companheiros admiravam no Geisel era o potencial de intervenção econômica do Estado na economia; o Lula sempre falou isso, queria reproduzir o planejamento da Era Geisel, enfim. Aquilo se fez e tinha seu esgotamento nos próprios mecanismos de industrialização forçada, pela substituição de importações, isolamento do comércio internacional etc.

Bom, o fato é que a primeira fase de integração, 1986-1990, digamos, é de liberalização comercial restrita, mas guiada, dirigida, mercantilizada nos protocolos setoriais. Então, é um fato que ela se fez e começa a crescer o comércio Brasil-Argentina, o que já era um fato desde a época colonial. Você tinha contrabando entre o Brasil do Sul, Sudeste e Buenos Aires, porque eles tinham os patacões espanhóis, que eram o "dólar" dos séculos XVI e XVII, digamos. O Brasil não tinha moeda, não tinha nada, então você sempre teve comércio no Cone Sul, e isso era um reconhecimento das vantagens comparativas de cada lado.

E então o processo de liberalização comercial, 1986-1990, foi um processo dirigista, intervencionista no modelo "cepaliano". O mais "cepaliano" que a gente teve no Brasil e "prebischiano" foi o governo militar; o governo militar fez tudo aquilo que a esquerda, os desenvolvimentistas dos anos 1950, queriam, exatamente aquilo, ainda que com alguns tratados, como o da ALALC, enfim, e, depois, em 1980, a ALADI, que é uma diminuição do

que foi a ALALC. Não era mais livre comércio, mas era liberalização dirigida justamente nos ACPs, ACS etc.

Então, houve liberalização comercial, mas no sentido mercantilista, ponto. Não houve priorização da integração política no governo FHC nem redirecionamento da agenda. O que houve foi o seguinte: você tem redirecionamento? Alfonsín, Sarney, sim. Vamos acabar com a hostilidade, a inimizade, a indiferença e construir um processo comum, tanto em *confidence-building measures* na parte nuclear — ainda que os argentinos tenham avançado mais do que a gente, porque eles reconheceram o TNP antes do Brasil, confrontando uma disposição de a gente continuar contestando o TNP enquanto fosse possível, mas isso foi só nos anos 1990. Mas houve as *confidence-building measures* e houve aproximação comercial, de fazer os protocolos setoriais e aumentar o comércio.

Você teve até uma Autolatina, o que era? Volkswagen e Ford no Brasil e na Argentina se uniram em uma nova empresa, Autolatina, para diminuir custos. Então, em vez de você fazer dois chassis, um em cada país para montar os respectivos automóveis, você fazia apenas um chassi em um país e exportava para o outro; você fazia apenas um bloco do motor em um país e exportava para o outro. Isso é a integração feita pelos capitalistas. Enfim, para as empresas, elas distribuem as atividades segundo uma otimização dos investimentos nos países que têm dotação — energia de um lado, mão de obra do outro, mercados e tudo mais. É o que acontece no mundo: são as cadeias de valor. A Autolatina correspondeu a uma mini-cadeia de valor Brasil-Argentina na primeira fase da integração.

Depois, a integração se desfez, a própria Autolatina se desintegrou, mas você teve então grandes empreendimentos nessa área, inclusive a Binacional Itaipu, depois o Acordo Tripartite com a Argentina, ainda no regime Figueiredo, em 1979, por Saraiva Guerreiro, que amenizou a crise hídrica e o enfrentamento geopolítico Brasil-Argentina e construiu, portanto, uma confiança para continuar com a construção de Itaipu e Yacyretá mais adiante. Aliás, a Yacyretá não sei se foi construída mais tarde, porque eles queriam fazer a Yacyretá mais abaixo no Rio Paraná, na fronteira Argentina-Paraguai. Acho que construíram, mas não tenho certeza. Mas Itaipu foi construída, paga pelo Brasil, financiada por bancos comerciais em vez de bancos de desenvolvimento, e a coisa caminhou. Mas havia um esgotamento natural desse processo já no final dos anos 1990, porque você pode prever protocolos setoriais; no entanto, as empresas não atuam segundo diretivas de governos.

Uma coisa é a macroeconomia: você faz um tratado, você promete grandes coisas para a agroindústria, a indústria de bens de capital e não sei o quê, não sei o quê, foram vinte e tantos protocolos. Outra coisa são as empresas: aí é microeconomia, elas têm que ver se o balanço vai

fechar na sua capacitação para o comércio.... Bom, aí sim é um redirecionamento: chega o Menem na Argentina, antes do Collor no Brasil, porque o Alfonsín, se não me engano, saiu em 1988, 1989, entre final de 1988, começo de 1989, que ele começou e já propôs uma mudança e uma liberalização. Aí entra um pouco da ideologia também, entra o neoliberalismo.

O Menem, apesar de ser um peronista, nunca foi um peronista verdadeiro, ele aderiu a essas ideias que estavam em curso na época. O México já tinha feito com Miguel de la Madrid, depois com Salinas de Gortari e toda aquela orientação para os *Chicago Boys*, o neoliberalismo no México depois da crise da dívida externa do México em 1982. O Brasil veio em seguida, mas o México foi o primeiro no neoliberalismo, na onda neoliberal que os marxistas e esquerdistas condenam, porque eles queriam continuar com a economia tipo socialista, dirigida e tal. O Chile foi em seguida, o Pinochet não foi liberal desde o início, não, o Pinochet foi um rústico, queria comandar os preços como ele comandava os soldados, e o Chile entrou em crise. Inclusive, no final dos anos 1970, teve, se não me engano, uma crise bancária lá em 1979 ou 1980. Só a partir daí é que ele chama os *Chicago Boys* e entrega a economia para os liberais.

JF – Nesse momento, Pinochet trouxe especialistas externos.

PRA – É… Veio lá o Milton Friedman, visitou, deu umas aulinhas. Todo mundo acha que o Friedman convenceu o Pinochet a ser liberal, nada disso. O Friedman deu umas aulas, tinha ex-alunos dele que o convidaram para ir ao Chile, e acham que ele foi o inventor do neoliberalismo chileno. Não foi, já estava em curso pelos próprios chilenos, os ex-Chicago Boys e tal.

Mas, enfim, então o Menem entra com uma agenda liberal e o Collor é convencido. O Collor entrou naquele furacão do anti-marajás, e era um cara que estava lá atrás no começo; tinha Mário Covas, tinha, se não me engano, o próprio Ulysses Guimarães, tinha um monte de gente. Tinha 21 candidatos nas eleições de 1989, as primeiras eleições presidenciais após 1960, e o Collor subiu com a ajuda da Rede Globo e com um monte de mentira, prometendo acabar com a inflação num golpe de *ippon* e abrir o Brasil, tirar o Brasil de primeiro país dos subdesenvolvidos para o último dos desenvolvidos, botar o Brasil lá na OCDE, acabar com as carroças da indústria automobilística, e isso ele fez em parte realmente. E quando o Collor assumiu, portanto, foi em março de 1990, né?

Veio o Plano Collor, que foi um desastre, congelou o Brasil. Mas, no plano econômico, comercial e de política econômica externa, foi uma pequena revolução; aí sim, um direcionamento. O segundo redirecionamento: depois do Sarney-Alfonsín, o Collor-Menem, e é a ata de Buenos Aires. As pessoas dão pouca importância à Ata de Buenos Aires, mas ela é

uma mudança conceitual e uma mini-revolução no processo de integração. Por quê? Você sai daquele processo de abertura administrada, de protocolos setoriais, de equilíbrio, para uma abertura geral: abriu a janela, agora acabou essa coisa de diminuir as tarifas só no longo prazo, tanto que nesse processo de integração dos anos 1980, você teve primeiro o PICE em 1986, e depois o Tratado de Integração em 1988, que é mais conceitual do que operacional, porque ele não mudou muito no PICE, mas era um tratado que prometia o Mercado Comum do Sul, já era Mercosul, em 10 anos, até 1998.

Ou seja, em 1998, você teria tido o mercado comum Brasil-Argentina, como você teve o mercado comum dos seis países da União Europeia em 10 anos. Em 1968 eles eram efetivamente o mercado comum, com muitas deficiências, é verdade, mas era uma união aduaneira. Eles fizeram isso em 10 anos, como era mais ou menos a visão do art. 24 do GATT, com os seus requerimentos de substância de *all trade*, uma previsão quanto à implementação, e, terceiro, o requerimento de que os mecanismos de defesa comercial e o nível tarifário pós-acordo não fossem superiores ao que preexistia antes de um tratado de livre comércio. E foi assim na Europa, e deveria ter sido assim no Brasil, na Argentina.

Isso foi a Ata de Buenos Aires. Então, acabou com aquela coisa de diminuir só de forma medida, administradas as tarifas, e aumentar a integração setorial para uma liberalização geral. Aí sim você tem liberalização comercial, porque o que faz a ata de Buenos Aires? Ela determina que as tarifas já começariam com 50% de redução, qualquer que fosse a sua alíquota, de 10, 20, 30, 40%, e que depois elas diminuiriam 7% a cada semestre, até chegar em 100% em 4 anos. De 1990 a 1994 você teria tarifas que iriam ser cadentes até 0% em dezembro de 1994, e aí você teria um novo tratado, e não só uma zona de livre comércio, mas uma negociação de uma Tarifa Externa Comum e, portanto, um mercado comum em janeiro de 1995. Esse era o espírito da Ata de Buenos Aires, que foi feita mais por diplomatas do que por economistas, mas você tinha isso daí. Bom, então esse é o redirecionamento da agenda: Sarney-Alfonsi antes, e depois Collor-Menem, em 1990.

Aí você tem aquele temor no Cone Sul, o pessoal fica preocupado, agora o Brasil e a Argentina vão para o mercado comum, o estilo europeu, nós também queremos tal. O Uruguai logo se movimenta, porque tinha acordos bilaterais com o Brasil e com a Argentina no âmbito da ALALC e da ALADI, e não queria ficar fora. Então, pede para entrar no processo. O Chile também pede para entrar no processo. O Paraguai foi um equívoco, como eu disse, mas esse meu parágrafo foi censurado no primeiro livro que escrevi sobre o Mercosul; o Itamaraty censurou. O Paraguai estava saindo de uma ditadura, o golpe do Rodrigues contra o Stroessner

no carnaval de 1989, então, em 1990, quando o Brasil e a Argentina fazem a ata de Buenos Aires, o Paraguai se interessa e é convidado para participar das negociações.

Então, durante seis meses você tem a Zélia no comando, a Zélia com todas as suas loucuras "unicampistas", e o pessoal da Unicamp assessorando o Sarney, o Dilson Funaro, os diplomatas também entusiastas, enfim, fazem aquelas negociações. Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile, para decidir o que se vai fazer com a Ata de Buenos Aires e como é que vai ser. Bom, o que fazem os diplomatas? Eles reescrevem a Ata de Buenos Aires, de julho de 1990, que era bilateral e vira quadrilateral, fazem algumas concessões ao Paraguai e Uruguai porque eles eram menores, pequenos, tinham vantagens, era aquele conceito da ALALC, e da própria ALADI, de economias e menor desenvolvimento relativo, com mais vantagens, mais prazos. Então, eles ganham prazos maiores para se adequar, mas havia um calendário para formar o mercado comum em dezembro de 1994, é isso que foi o Tratado de Assunção.

E por que o Chile não entrou? ... O Moniz Bandeira tem aquela visão conspiracionista, trotskista, de que os Estados Unidos eram imperialistas desde criancinhas, e que o Chile não entrou por pressões americanas. Que ele quis se manter neoliberal e contra um projeto desenvolvimentista Brasil-Argentina, não sei o quê, quando na verdade o Chile, depois que ele entrou realmente no neoliberalismo, já nos anos 1980 e não nos anos 1970, com o Pinochet, ele resolve resolver esse problema da política comercial, que sempre foi um problema em todos os países, porque você tem os importadores que querem tarifa zero ou baixa, e os industriais que querem tarifa alta, protecionista, isso em todo lugar é assim. E para resolver esse problema, o Chile resolveu aderir à tarifa única, ou seja, "não vamos mais discutir quem é que tem a tarifa de 10, de 15, de 20, 25, 30%, 0%, vamos fazer o seguinte: agora a tarifa do Chile é 11%, começando em 1986, e cadente, a todo ano ela vai ser reduzida, meio ponto até cair para 6%, tal". Isso que fez o Chile e protocolou isso no GATT; ou seja, o GATT é um cartório de anotações, como é a ALADI, como era a ALALC, os países registram o que eles querem fazer e se submetem às regras existentes. Enfim, regras do GATT, ou coisas que eles vão criando, Cláusula de Habilitação de 1979, etc.

Então, o que o Chile determinou foi uma tarifa única, que foi registrada no GATT. Portanto, não podia entrar no novo Mercosul, que estava sendo negociado no final de 1990 e início de 1991, porque a tarifa que Brasil e Argentina propunham era um leque tarifário, como você sabe, de zero a 20%. Zero a cinco por cento para os produtos que você precisava realmente importar, portanto, com objetivo de liberalização; e 20% para aqueles que você queria proteger, porque tinha indústria, não sei o quê. A gente sabe como é que é isso. Então, o Chile não entrou por causa disso.

Ficaram, então, só os quatro. A Ata de Buenos Aires era o ACP-14, e o ACP-18 foi o Tratado de Assunção, registrado na ALADI e protocolado no GATT, que ainda existia em 1991. Depois veio a OMC, o GATT 94, etc. Isso foi um redirecionamento de agenda do Mercosul, e nunca houve outro redirecionamento da agenda do Mercosul no governo FHC.

Se você seguir todos os anos 1990 — ainda nos governos Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso —, o que você vê é uma confirmação da agenda, a mesma agenda do Mercosul original. Ou seja, a Ata de Buenos Aires foi quadrilateralizada no Tratado de Assunção, de março de 1991, que foi mais ou menos seguido. Mas não dava para seguir aquela coisa: o calendário de 1994 era impossível de ser cumprido. Os países estavam lidando com inflação — Brasil, Argentina...

E a Argentina assinou o Tratado de Assunção ainda antes do Plano Cavallo, que entrou mais ou menos na mesma época, ou um pouco antes ou depois, do *Currency Board*, da conversibilidade e da equiparação dólar-peso. Essa política começou em 1991 e foi até 1999, mas depois acaba com o próprio De la Rua. Chamaram o Domingo Cavallo de volta para tentar salvar, digamos, a Argentina dos problemas criados pelo próprio congelamento do câmbio argentino. Esse congelamento seria justificado se a Argentina tivesse a mesma inflação que os Estados Unidos. Como não tinha, eles ficaram defasados.

No final dos anos 1990, eles só tinham saldo comercial com o Brasil por causa de comércio administrado: trigo, automóveis, petróleo, mais algumas coisas. O resto era déficit com o mundo todo. Só quem ajudava a Argentina eram os Estados Unidos, o Brasil, o FMI e alguns credores. Algumas pessoas, inclusive, compravam bônus argentinos com 14% de juros, acreditando que iriam receber os lucros e viajar pelo mundo com eles.

Os argentinos fizeram uma camisa de força para si mesmos no Plano Cavallo, que foi até recomendada pelo FMI para que o Brasil adotasse, porque o Brasil estava vivendo uma crise de hiperinflação. O Plano Collor I foi um fracasso. Já tinham fracassado antes o Plano Cruzado, dos meninos da Unicamp, com o Dilson Funaro, depois da saída do sobrinho do Tancredo da Fazenda, o Cruzado II, o Plano Bresser, o Plano Verão e, depois, o calote do Sarney.

A Zélia lançou o Plano Collor I, que congelou totalmente a poupança de ativos, mas foi outro fracasso. Depois, o Collor II tentou corrigir, mas o país entrou numa fase muito difícil de hiperinflação. O Marcílio Marcos Moreira tentou corrigir a situação quando entrou como ministro da Fazenda, em 1992. Ele formou uma equipe de peso: o Celso Lafer, o próprio Jaguaribe, o Renato Archer... Enfim, várias pessoas ficaram no Collor II, de começo de 1992 até o *impeachment* dele. Foram oito meses de agonia.

Nesse período, foram negociadas a dívida externa do Brasil no Clube de Paris, com o Malan e o próprio Marcílio. Depois houve um acordo com os bancos comerciais no Clube de Londres. Então veio o Itamar Franco, e o Fernando Henrique assumiu como ministro da Fazenda. Eles iniciaram o Plano Real, que teve várias etapas: o plano emergencial, o lançamento da URV e, finalmente, o Plano Real, já em 1994. Mas, aí, já estamos iniciando o governo Fernando Henrique, em janeiro de 1995.

Mas, enfim... Veja: quando você teve o *impeachment* do Collor, ele saiu em agosto ou setembro de 1992. Depois, em dezembro, o Senado votou o *impeachment*, mas o governo Itamar já tinha começado. O Fernando Henrique entrou como chanceler e, depois, foi ministro da Fazenda, em abril ou maio de 1993, né? Você teve, eu diria, um processo adaptativo, tanto no Brasil quanto na Argentina. A Argentina, com o Plano Cavallo, a partir de 1991, no início foi bem-sucedida. Foi saudada. O FMI falou que a gente devia dolarizar também, mas houve uma resistência muito grande.

Aí já estamos falando da equipe econômica do Fernando Henrique, os meninos da PUC-Rio e não mais os da Unicamp; uma visão bem mais *mainstream* da economia. O Bacha, sobretudo, o Winston Fritsch, mesmo o Francisco Lopes, que já tinha participado do Cruzado I e Cruzado II, dos fracassos, dado o histórico dos planos anteriores. E o próprio Bacha tinha participado, enfim. O Gustavo Franco era um garoto prodígio, era um jovem, era um adolescente ali no meio daquele pessoal mais velho, mas depois ele se distinguiu pelo próprio plano de conversibilidade da URV e do real, que foi um processo muito interessante, porque foi baseado na estabilização alemã do Hjalmar Schacht de 1923 no Reichsbank. Esse foi um processo de mudança: havia uma hiperinflação na Alemanha; ele criou uma nova moeda indexada ao ouro, o que estabilizou o país. Depois vieram 1929, 1930 e 1931, toda a crise, e Hitler, mas Hjalmar Schacht foi o mago da estabilização alemã de 1923 e 1924. Esse foi o conceito-base do Plano Real formulado por Gustavo Franco, algo que ele explicou em seus livros. Há muitas outras histórias sobre o Plano Real, relatadas por Maria Clara do Prado, Mirian Leitão e outros autores.

Assim, no início dos anos 1990, havia um problema sério de hiperinflação. A Argentina resolveu isso logo em 1991, pela conversibilidade, com um *currency board*, e parece que a situação melhora: estabiliza-se, com um peso igual a um dólar. Isso se manteve durante alguns anos, mas em meados dos anos 1990 a situação começa a piorar, e Cavallo, inclusive, deixa o cargo em 1996 ou 1997, só voltando em 1999 ou 2000, já no declínio do governo De la Rua.

Não houve redirecionamento da agenda do Mercosul, porque ele foi assinado em março de 1991. Começou a entrar em vigor, e me lembro das primeiras reuniões. Não se pode esquecer

o cronograma de Las Leñas. Essas reuniões do Conselho do Mercosul e do Grupo do Mercosul foram realizadas ao longo de todo o período — a cada semestre havia uma cúpula, uma reunião num país, mudava-se a presidência interina, *pro tempore*, mas com reuniões intermediárias. Las Leñas, em 1992, definiu o cronograma. Mas o que significa o cronograma de Las Leñas? Las Leñas era um programa detalhado de ações para que o Mercosul atuasse de forma semelhante à Comunidade Econômica Europeia, desde o Tratado de Roma até 1968, quando consolidou sua união aduaneira. Os dez anos de 1958 a 1968 foram dedicados à construção do Mercado Comum Europeu, ainda em fase inicial, claro, com muitas exceções que foram sendo eliminadas nos anos subsequentes, inclusive pelo Tribunal da União Europeia, pela Corte de Luxemburgo, e também pelo Ato Único de 1986, de Jacques Delors, que construiu o Mercado Comum Unificado em 1992. Este foi a base do Tratado de Maastricht de 1992 e, depois, da União Europeia em 1993.

O cronograma de Las Leñas era uma descrição absolutamente detalhada de tudo o que deveria ser feito pelo Mercosul para cumprir os objetivos do Tratado de Assunção, que eram muito vagos. O artigo primeiro deixa claro que não é um Tratado do Mercado Comum do Sul. As pessoas esquecem. O Tratado de Assunção é um tratado provisório; tanto que os artigos finais preveem uma nova conferência diplomática ao final do processo de transição para estabelecer as instituições permanentes do Mercosul. O Tratado de Assunção se chama "Tratado para a Criação de um Mercado Comum entre a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai". Esse é o nome oficial, e é exatamente isso que está escrito.

Então, você tem, no art. 1º, que eles passam a liberalizar o comércio, segundo o cronograma estabelecido lá no Protocolo Anexo: 7% a cada semestre, até chegar a 0% em dezembro de 1994. Mas também descreve que você tinha que harmonizar as legislações nacionais e fazer a famosa convergência de políticas macroeconômicas. É isso que está escrito lá, né? E a adoção de todas as outras medidas para unificar as legislações. Aí é fiscal, tributária, comercial, monopólios, defesa da concorrência, tudo. Tudo isso deveria ser objeto de um segmento que estava descrito no cronograma de Las Leñas, de 1992. O que não se fez, porque a gente sabe como são os países, como são as burocracias, como são as resistências, né? Os processos parlamentares são demorados, então o cronograma de Las Leñas foi esquecido, mas ele seria o verdadeiro ato fundador do Mercado Comum do Sul, porque o Tratado de Assunção foi apenas um anúncio: Tratado para a Criação de um Mercado Comum.

Agora, como é que isso iria surgir em 1995? Não seria por um raio num céu azul. Teria sido resultado de um longo trabalho de quatro anos, né? De 1991 até o final de 1994, de consecução de todas aquelas tarefas evidentemente complexas, difíceis e muito desafiadoras

para as burocracias nacionais, até constitucionais. Você tinha que mudar tudo, toda a legislação. E você não mudou muita coisa, porque a crise no Brasil continuou, pelo menos até 1994, quando foi feito o Plano Real. Só em julho de 1994 o Brasil realmente conseguiu conformar uma política econômica pós-inflação, pós-indexação, correção monetária. E também porque você tinha desafios externos...

Primeiro, você teve o Bush-Pai, que, em 1990, propôs a Iniciativa para as Américas. Já em 1990, os Estados Unidos sentiam que tinham que avançar. Por quê? Os primeiros acordos de livre comércio dos Estados Unidos foram assinados com o Canadá, setorialmente, na indústria automobilística, nos anos 1960. Você tinha a região de Detroit, em Ontário, no norte dos Estados Unidos, que era a grande indústria automobilística, e também o sul do Canadá. Nessa área, houve integração. Em 1965, você fez o que foi a Autolatina, ou seja, uma integração de indústrias automobilísticas entre as mais importantes. As grandes empresas eram todas ou do petróleo ou do automóvel nos anos 1960 e 1970. Então, em 1965, você fez um acordo setorial de livre comércio na área automobilística entre Estados Unidos e Canadá.

E aí, como as coisas não avançavam no GATT, os Estados Unidos tentavam avançar no GATT para torná-lo mais inclusivo, porque lá você tinha só comércio de mercadorias manufaturadas. A agricultura estava fora, mas eles não tinham muito interesse, nem eles nem os europeus. Propriedade intelectual, investimento, serviços, tudo isso estava fora do GATT. Eles tentaram numa conferência ministerial do GATT, em 1982, mas não conseguiram, porque o Brasil resistiu, e outros países em desenvolvimento também resistiram. Eles não queriam mais abertura; a gente era plenamente protecionista. Então, em 1982, não foi possível. Só em 1987 eles conseguiram aprovar, na Conferência de Punta del Este, no Uruguai, uma nova rodada absolutamente abrangente, que a gente resistiu até onde pôde, mas teve que passar, porque havia Japão, Estados Unidos, Europa, Austrália, todo mundo querendo mais liberalização.

Então foi a Rodada Uruguai, aprovada em setembro de 1987, que deu início a um novo processo de liberalização ao redor do mundo. Os Estados Unidos começaram a assinar acordos de livre comércio, e os primeiros foram com o Canadá. Os Estados Unidos logo depois disso perceberam que a Rodada do Uruguai seria muito difícil e que não iria avançar. Tanto que deveria terminar em 1990, na conferência de Bruxelas, mas não terminou, por problemas entre eles e a União Europeia, por subvenções agrícolas e também outros problemas: *antidumping*, salvaguardas, proteções localizadas e também a parte de propriedade intelectual, investimentos, serviços, etc. Em 1990, não terminou, mas, em 1987, os Estados Unidos já haviam assinado um acordo de livre comércio com o Canadá. Ou seja, livre comércio entre Estados Unidos e Canadá em tudo, o que antes era só na área automobilística. O Canadá, em processo de liberalização,

aceitou. Claro, era uma economia menor, mas aceitou o desafio. O acordo começou a funcionar só em 1988 e ainda passaria por ajustes.

Mas, depois do Reagan, veio o Bush-Pai, envolvido com o problema do fim da Guerra Fria, da explosão no Leste Europeu (1989, o muro; 1991, o fim da União Soviética) e da invasão do Kuwait pelo Iraque, em 1990. Ainda assim, a burocracia e a diplomacia americana sugeriram a Iniciativa para as Américas. Isso foi apresentado em 1990. E houve um entusiasmo na América Latina: "Agora nós vamos fazer um acordo de livre comércio com os Estados Unidos, vai vir investimento, vai vir dinheiro, vai ser um Plano Marshall para a América Latina." Todo mundo queria. Houve um entusiasmo geral, menos no Brasil. O Brasil sempre protecionista, mercantilista. A Argentina do Menem aceitou imediatamente e falou: "Queremos fazer amanhã já!" E o Brasil teve que conter a Argentina, porque já tinha aqueles acordos, já tinha a Ata de Buenos Aires também. Mas houve entusiasmo geral…

Mas o Bush foi muito realista. Ele falou: "Não, primeiro o México, que está aqui perto." O México, desde os anos 1980, fazia seus experimentos de neoliberalismo com Miguel de la Madrid em 1982 e, depois, com Salinas de Gortari a partir de 1987, 1988, ao aderir aos Estados Unidos. Ou seja, ao parar de lutar contra a sua geografia, como havia feito durante 60 anos, desde os anos 1920, 1930, e aderir ao Império pelas maquiladoras e por outros mecanismos. Então, a Iniciativa para as Américas, que seria o acordo de livre comércio com os Estados Unidos, foi fragmentada: "Não, vamos fazer primeiro com o México e depois a gente vê e tal." Assim, houve aquela perda de entusiasmo, mas, mesmo assim, começou, em 1990, 1991, aquela coisa de Iniciativa para as Américas: "vamos fazer…

JF – ***O livro do Alcides Vaz, publicado pela FUNAG, "Cooperação, Integração e Processo Negociador", argumenta que o avanço na integração Brasil-Argentina foi...***

PRA – ...foi uma resposta à Iniciativa para as Américas do Bush-pai, exatamente.

JF – ***Para contrabalancear a influência dos EUA na região.***

PRA – Exatamente. E conseguiram segurar a Argentina e assinaram a Ata de Buenos Aires. Eu me lembro bem: estava em Montevidéu nessa época. Vieram americanos para expor o que seria a Iniciativa para as Américas, todo mundo aplaudindo e tal, e nós ali, segurando a Argentina. Foi duro, mas conseguimos. Então, assinou-se a Ata de Buenos Aires, e depois isso caminhou para o Tratado de Assunção, em 1991. Bom, em 1991 já era campanha presidencial do Bush

contra o Clinton; em 1992, o Clinton entrou, ganhou, e, inclusive, fez aprovar o NAFTA. Depois de negociarem com o México, foi um sacrifício para fazer com que o tratado fosse aprovado no Congresso, que não queria. Foi necessário contar com republicanos dissidentes para ajudar o Clinton a aprovar o NAFTA, já em 1994, quando o tratado foi finalmente aprovado. O México, por sua vez, ingressou na OCDE, levado pelas mãos dos Estados Unidos. Você vê: uma mudança, uma revolução completa na política econômica do México.

Bom, o Clinton ganhou porque foi menos estúpido, digamos, do que o Bush-pai, coitado. O Bush-pai foi um grande estadista, um homem realmente inteligente, mas não teve sorte. A economia afundou um pouco, e, como o problema era econômico, ele perdeu para o Clinton, que era um social-democrata muito inteligente, um grande animal político, e conseguiu vencer as eleições. No entanto, teve problemas para conseguir a aprovação do NAFTA. Sabe que o Clinton, sendo social-democrata, digamos, foi muito mais liberal e responsável no plano fiscal do que o Bush-filho, que acabou com tudo que ele tinha feito? Os Estados Unidos enfrentaram uma crise fiscal nos anos 1980, com os gastos da Guerra Fria, e o Clinton aplicou uma receita muito contracionista. O pessoal lá da Unicamp diria "austericídio". Mesmo assim, ele colocou as contas fiscais em ordem, que depois foram destruídas pelo Bush-filho com suas guerras. Junto com o Greenspan, no Banco Central (FED), ele conseguiu fazer com que os Estados Unidos recuperassem a respeitabilidade. O dólar voltou a subir e tudo mais.

Apesar disso, Clinton teve dificuldades para aprovar o NAFTA, mas conseguiu. O Ross Perot vinha com aquele discurso de que o NAFTA seria "um imenso sorvedouro de empregos para o México" e chegou a obter, acho, 10% ou 11% dos votos. Mesmo assim, perdeu. Então o Clinton começa a aplicar o acordo. E o que ele faz? Ele pega a Iniciativa para as Américas do Bush-pai e transforma-a em um projeto de integração hemisférica, que foi a ALCA, muito mais abrangente do que um simples "NAFTA+". O NAFTA pretendia estender o livre comércio para todos os países, mas o Processo das Américas compreendia não apenas a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), mas também ampla liberalização de serviços de investimento, serviços financeiros, educação, enfim, tudo. Você tinha tudo isso nos *summits*, né? Era uma revolução completa nas Américas. Claro que seria inexequível, mas havia pelo menos uma grande intenção.

Isso foi apresentado em 1994, e nós estávamos na bagunça das eleições e do Plano Real. O Fernando Henrique havia começado o ano muito abaixo do Lula nas pesquisas, com o Lula à frente, mas, quando o Plano Real veio, ele subiu, tanto que venceu no primeiro turno. No entanto, havia uma grande indefinição. Quando o Itamar Franco foi para a Primeira Conferência das Américas, em Miami, em dezembro de 1994, levou o Fernando Henrique, presidente eleito,

e o Amorim — claro, o Amorim era o chanceler dele. O Amorim havia aceitado uma série de medidas neoliberais e assinou vários acordos, como os APPIs (Acordos sobre Promoção e Proteção de Investimentos), dando proteção ao capital estrangeiro. Foi ele quem disse ao Itamar: "Não, vamos assinar a Declaração de Miami", que prometia o quê? Prometia uma zona de livre comércio hemisférica em dez anos.

De 1994–1995 até 2004–2005, você teria uma área de livre comércio hemisférica, a ALCA completa. Isso o Celso Amorim assinou, mas depois renegou tudo, quando foi chanceler do Lula a partir de 2003. Contudo, ele assinou tudo. Foi alguém que transitou: de esquerdista no início dos anos 1960, ligado à Política Externa Independente e clandestino na ditadura (PCBR), depois aderiu ao *mainstream*, com Ulysses Guimarães, Renato Archer e o MDB. Mais tarde, tornou-se um esquerdista confirmado na era Lula. Já na era Itamar, ele tentou responder à ALCA propondo a ALCSA. Isso foi proposto pelo Itamar numa reunião em Santiago do Chile. Talvez o Alcides Vaz tenha falado sobre a ALCSA, ou você pode encontrar essa proposta na documentação diplomática brasileira. Foi uma proposta do Celso Amorim, acho que com o Itamar presente, como uma resposta da América do Sul à ALCA. Em vez de uma ALCA hemisférica, seria criada uma área de livre comércio sul-americana, a ALCSA. Mas ninguém respondeu, porque todos estavam interessados no dinheiro, nos mercados e nos investimentos americanos.

A ALCSA foi um fracasso completo, mas era um passo de resistência do Brasil. A ALCSA nunca teve resposta, assim como não teve a CASA. A UNASUL começou como CASA, Comunidade Sul-Americana de Nações, feita pelo Lula numa reunião no Peru, latino-americana, não sei se do Grupo do Rio, que ninguém respondeu. Aliás, nem o Kirchner foi, nem o Uruguai foi; ninguém aderiu à proposta da CASA feita pelo Brasil. Celso Amorim chegou e ofereceu o Rio de Janeiro como sede, mas ninguém ligou. Depois, o Chávez manobrou para ter a assinatura da Unasul em Isla Margarita, em 1998, e aí deformaram completamente a UNASUL, que ficou dominada pelos bolivarianos.

Esse contexto internacional é muito importante para que você reflita sobre o que foi feito nos anos 1990, no governo Fernando Henrique Cardoso. E eu digo o seguinte: não houve nenhum redirecionamento da agenda do Mercosul no governo Fernando Henrique Cardoso. Ele, sim, tentou cumprir o que dizia o Tratado de Assunção, o Protocolo de Las Leñas e os compromissos. Tanto é que, quando ele assumiu, já tinha sido feita, depois da Cúpula de Miami, ou pouco antes, não sei (a Cúpula de Miami foi em dezembro de 1994), a Conferência Diplomática de Ouro Preto, que deveria ter sido a fundação efetiva do Mercosul. E não foi. Por quê? Porque o Tratado de Assunção era um tratado provisório para o período de transição. Está

claramente indicado o período de transição: 1991–1994. Então, a conferência diplomática do final de 1994 deveria ser uma conferência com um novo tratado, o Tratado de Brasília, digamos, se fosse em Brasília, mas foi em Ouro Preto, criando o Mercado Comum do Sul. Contudo, não havia condições.

O que foi feito em Ouro Preto foi confirmar o Tratado de Assunção e só criar uma Comissão de Comércio para fazer de conta que se estava avançando na área aduaneira, o que seria unificar as políticas comerciais — o que nem isso foi feito. Criaram essa Comissão de Comércio e tal.

Então, não houve nenhum redirecionamento da agenda do Mercosul. Isso foi feito antes de Fernando Henrique Cardoso assumir, em janeiro de 1995, e ele tentou construir a agenda do Mercosul, mas era impossível. Como é que você vai fazer uma convergência de políticas macroeconômicas, fiscais, cambiais, monetárias com um país que fez a conversibilidade, que implantou o Plano Cavallo e que adotou uma rigidez cambial? É impossível. O Brasil não podia cumprir o que estava escrito no Tratado de Assunção porque a Argentina fazia aquilo. O Cavallo fez o que quis durante os anos em que ele foi glorioso: trouxe crescimento argentino, trouxe investimento, trouxe capital, trouxe empréstimos, trouxe tudo, até que o Menem resolveu ser populista latino-americano ordinário, como ele sempre foi, mas enfim.

No começo, ele era liberal; depois, quis ser reeleito. Isso era contra a Constituição argentina, e ele mudou a Constituição argentina. Aliás, ele mudou a si mesmo, porque ele era islâmico e se rendeu ao catolicismo para ser eleito presidente. A Constituição argentina de 1853, se não me engano, prescrevia isso: a religião católica. Os presidentes deviam ser católicos, não sei o quê. Ele se tornou católico e se elegeu como católico, sendo de origem síria, acho que muçulmano na origem, não sei, enfim. Mas mudou a Constituição argentina, reduziu o mandato — que antes era de seis anos, se não me engano — para cinco anos, com reeleição, que foi o que ele obteve. Mas, para conseguir a reeleição, teve que comprar os governadores das províncias argentinas e acabou comprando o Cavallo. Aí houve aquela farra de emissões, como se fez no Brasil com os bancos estaduais.

Durante os anos 1980 e início dos anos 1990, antes do Plano Real, houve a farra dos bancos estaduais, que financiavam governos e pessoas irresponsáveis emitindo títulos, os famosos AROs. ARO, o que é? Antecipação de Receita Orçamentária. Ou seja, BANESPA, BANERJ e outros bancos estaduais emitiam títulos garantidos por receitas futuras. Você emitia um título em 1992, dizendo que pagaria juros, mas que a amortização seria feita com a receita futura a partir de dois, três, cinco anos à frente, e o pessoal comprava, porque os bancos achavam que o governo não iria dar calote. Isso aconteceu com todos os bancos. Ficaram

inadimplentes e tiveram que ser vendidos, liquidados, nacionalizados e leiloados pelo governo Fernando Henrique, quando ele implantou o programa de reconfiguração de bancos a partir de 1996, 1997, assumindo toda a dívida dos estados e das grandes capitais. Foi um desastre, porque o Plano Real começou com esse problema.

Lula, demagogicamente, e os petistas falam que Fernando Henrique aumentou a dívida pública. Ele realmente aumentou de 30% para 60% do PIB, mas porque incorporou todas as dívidas estaduais, assumiu garantias federais e implementou programas de renegociação das dívidas com os estados, com prazo de 30 anos. Ou seja, foi a salvação da lavoura. No entanto, os petistas sempre acusaram Fernando Henrique de ter desmantelado o Estado, aumentado a dívida e outras coisas, quando, na verdade, o governo Fernando Henrique contou com a melhor equipe econômica da nossa história, com exceção do PAEG; Otávio Gouvêa de Bulhões e Roberto Campos, no Plano de Ação Econômica do Governo militar, na primeira fase (1964-67). Esse foi realmente um enorme programa de reforma do Estado, de ajustamento, estabilização, crescimento e tudo mais. Muitas das políticas que temos hoje ainda são derivadas do PAEG de 1965-66, incluindo a TVA (*Taxe sur la Valeur Ajoutée* — Imposto de Valor Agregado) e o ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias), que depois foi modificado para o ICMS estadual (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação), entre outros.

Nesse contexto internacional, ou seja, o livre comércio entre Estados Unidos e Canadá, em 1988, o NAFTA, implementado com o México entre 1990 e 1994, o ingresso do México na OCDE, a Iniciativa para as Américas de Bush-Pai e, sobretudo, a ALCA, promovida por Clinton, tudo isso foi um processo extremamente relevante. E, então, vêm os ajustes — não o redirecionamento da agenda do Mercosul, mas apenas ajustes. Como o Mercosul não cumpriu as tarefas descritas no cronograma de Las Leñas, de 1992, foi necessário improvisar.

O que aconteceu em 1994? Bom, não foi feito um novo tratado. O Tratado de Assunção foi apenas prolongado, declarado válido, e foi adicionada uma Comissão de Comércio. Contudo, nada mudou. A solução de controvérsias também permaneceu igual ao que estava no Tratado de Brasília, de 1991, ou seja, no Protocolo de Brasília sobre Solução de Controvérsias. Depois, surgiu o Protocolo de Olivos, que criou uma espécie de corte permanente de arbitragem, mas com juízes designados. No entanto, a arbitragem no Mercosul nunca funcionou corretamente, apesar do Protocolo de Olivos. Foi estabelecido o prazo de até 2001 para o cumprimento dos objetivos que não haviam sido alcançados até 1994, conforme o Tratado de

Assunção. Assim, renovaram-se protocolos automotivos e firmaram-se novos acordos para trigo, petróleo e outros produtos, mantendo, assim, o comércio administrado.

Na segunda metade dos anos 1990, sob Fernando Henrique, antes da crise de 1999, que foi exclusivamente argentina, o Mercosul enfrentou novos desafios. É importante deixar claro que o Mercosul não é responsável por nada disso. Ele é apenas uma estrutura; o problema reside na desorganização dos países, especialmente Brasil e Argentina, que não cumprem com suas obrigações. Se analisarmos alguns textos críticos do processo do Mercosul nos anos 1990, veremos que menos da metade das resoluções e decisões adotadas pelo Conselho e pelo Grupo Mercosul entrou em vigor, devido à demora dos parlamentos em aprová-las e à criação de novas exceções.

Nunca houve redirecionamento da agenda. Houve uma tentativa do governo Fernando Henrique de cumprir a agenda, mas a realidade se impôs. Os países não fizeram o dever de casa. O Brasil nunca fez, e a Argentina não podia fazer devido à camisa de força do Plano Cavallo. O Brasil enfrentava imensos problemas, pois, após o Plano Real, em 1994, ainda havia bancos quebrando e governos estaduais em situação de falência. A âncora cambial no Brasil também gerou uma defasagem comercial que precisou ser ajustada em 1999. A chamada "crise do Mercosul" ocorreu porque o Brasil teve que desvalorizar sua moeda em 1999. Isso gerou reclamações por parte da Argentina, que ameaçou dolarizar sua economia. No entanto, isso era uma imposição da realidade. Não se pode partir do pressuposto de que "um real igual a um dólar" ou "um peso igual a um dólar" se manteriam ao longo do tempo. A realidade acaba corrigindo essas questões.

As agências de *ranking* seguem as contas fiscais dos países — dívida externa, investimentos, comércio, crescimento — e vão dando notas, entende? E a Argentina foi ficando mais preocupante, e o Menem pegando mais empréstimos comerciais, emitindo bônus, obtendo dinheiro do FMI no final dos anos 1990. Já o Brasil teve que introduzir restrições comerciais. Gustavo Franco, já na presidência do Banco Central, tentou corrigir os problemas da âncora cambial, porque havia gente no Brasil trazendo dinheiro de fora, que era muito barato, já que os juros eram baixos lá fora e altos no Brasil. Por que eram altos no Brasil? A culpa é do Itamar.

Veja o seguinte: quando se fez o primeiro Plano Real, apresentado ao Itamar, que previa um ajuste fiscal sério, nenhum país saiu de uma hiperinflação sem uma recessão, sem um ajuste sério, sem austeridade. Nenhum país. E o Brasil saiu. Saiu da hiperinflação de 1993, 1994, para um oceano de calmaria, e saiu "de brigadeiro" — não teve crise nenhuma, todo mundo se ajustou, a inflação baixou rapidamente e tudo parecia que estava bem. Mas por quê? Porque o Itamar não queria ajuste fiscal, e a fonte da inflação, como sabemos, são as despesas públicas

(é emissão), e ele dizia que não queria ser o presidente “da recessão e do desemprego”. Então, a primeira versão do Plano Real foi recusada por ele. Foi necessário elaborar uma segunda versão, que manteve juros altos, porque, se não, haveria uma evasão de dinheiro do Brasil, e o Plano Real acabaria logo no início.

Então, o que houve em 1994 foi que se lançou a nova moeda, desindexaram-se muitas coisas, mas ainda se mantiveram vários contratos indexados. Os entes públicos, como no caso da eletricidade, mantiveram tarifas indexadas, e os serviços públicos continuaram com indexação. Tanto que o Lula trocou do INPC para o INPA. Enfim, houve esses problemas com as indexações posteriores ao Plano Real. Mas também havia um problema com o real valorizado, porque, veja, quando começou 1x1 e o Brasil manteve juros altos, houve uma enxurrada de dinheiro vindo para o Brasil, o que valorizou o real. Então, o que se tinha, na verdade, era um dólar e vinte para comprar um real; 80 centavos de real para comprar um dólar. Era aquela fase em que os brasileiros iam a Miami três vezes por ano, para *Disney World*, iam para Paris. De 1995 até 1999, o Brasil viveu naquela loucura de achar que éramos um país rico e que todo mundo tinha dinheiro para ir para Paris, para a Flórida, para Nova Iorque, porque a moeda realmente valia mais que o dólar.

Isso vimos em outras circunstâncias, em outros momentos, mas por desequilíbrios próprios da política monetária, da política cambial, da política fiscal. Todos esses desequilíbrios você vai tapando com a peneira. E sempre foi assim: no Sarney, no Collor, no Itamar, no Fernando Henrique… porque você vai se ajustando ao momento. O que fez Gustavo Franco quando vinha aquela enxurrada de dinheiro para o Brasil, que era para subsidiar o crédito interno? Ou seja, o cara trazia cem milhões de dólares de um banco qualquer — japonês, europeu, americano —, colocava no Brasil, e ele pagava só os quatro e meio, cinco por cento de juros lá fora, e, aqui dentro, você oferecia crédito com parcelamento "em dez vezes sem juros a cinquenta por cento". Não sei se você sabe disso: quando você vai no Ponto Frio, na Casas Bahia, no Magazine Luiza, comprar um televisor, você compra um televisor em dez vezes sem juros e, na verdade, você está pagando dois. Porque aí você está comprando o financiamento.

É isso que o Brasil viveu na estabilidade do real: a ilusão do “dez vezes sem juros”. Ou seja, o juro já estava embutido. Mas é assim: como o salário médio no Brasil era de mil e poucos reais, você não tinha condições de vender nada, a não ser fazendo crediário em dez vezes. É o que se faz. E essa é uma ilusão que foi mantida por causa do Itamar. O Itamar não permitiu o ajuste fiscal; foi necessário manter os juros altos. Com isso, veio muito dinheiro, valorizou-se o real, e isso começou a gerar déficits na balança comercial, afetando a balança de transações

correntes. Gustavo Franco tentou vários expedientes, mas não conseguiu. Até que, em 1999, ele saiu, e houve a desvalorização e o ajuste. Saiu-se de 1,3, 1,4 real por dólar para 2 e não sei quanto. E, então, houve aquela reclamação argentina, em 1999, realmente.

A crise do Mercosul é uma crise da desvalorização do real e da defasagem argentina, que ainda estava no Plano Cavallo. O Plano Cavallo vigorou até 2001 praticamente. O De la Rúa entrou em 1999, começou com não sei qual ministro da Fazenda lá, ou da Economia, ou presidente do Banco Central…, e foram tentando expedientes. Eu me lembro que estava em Washington. A gente ficava pedindo para o governo americano e para o FMI apoiarem créditos argentinos, porque eles não tinham mais dinheiro, estavam defasados. Durante dois anos e meio, tentou-se salvar a Argentina: Brasil, FMI, o governo dos Estados Unidos…, mas chegou um momento em que não dava mais. Em 2001, a coisa simplesmente explodiu, e o Cavallo saiu.

Mas o Cavallo antes veio ao Brasil em 2000 ou 2001 e já impôs o seguinte: "Olha, nós vamos fazer restrição"; o Mercosul é muito bom, mas, como você disse, "tem que dar um tempo." Foram todas essas medidas restritivas. Agora, veja: os argentinos sempre foram restritivos no comércio do Mercosul. Inclusive, eles introduziram salvaguardas e *antidumping* contra o Brasil desde os anos 1990, quando já estava em pleno funcionamento o Tratado de Assunção e, depois, na fase institucional, a partir de 1995. E o que fez o Fernando Henrique? Fernando Henrique reclamou: eles aplicavam salvaguardas contra a carne de porco, contra calçados, restrições contra a linha branca, demoravam para conceder licenciamento para as importações, introduziram uma taxa de estatística em 1996 ou 1997 — que era, na verdade, mais um protecionismo disfarçado. A taxa de estatística era para financiar a estatística do comércio exterior. Ora, isso o país faz com seus impostos normais, não precisa criar uma taxa sobre o comércio exterior. Além disso, criaram as *retenciones*, impostos sobre exportação, que depois, no kirchnerismo, avançaram enormemente para 15, 20, 30% das exportações de grãos, carne e outros produtos.

Então, houve salvaguardas argentinas ilegais do ponto de vista do Mercosul e ilegais do ponto de vista do GATT, do Acordo de Salvaguardas, do Acordo de *Antidumping*. O Fernando Henrique processou a Argentina no Sistema de Solução de Controvérsias do Mercosul, ganhou, mas os argentinos não cumpriram. Pela primeira vez, em 1997 ou 1998, o Brasil acionou a Argentina no GATT. Veja que coisa estranha: dois países irmãos, digamos assim, membros da mesma união aduaneira, um processando o outro por violação de acordos sobre salvaguardas. Isso ocorreu. Mas o Fernando Henrique fez o que o Lula não fez; aí, sim, houve um redirecionamento da agenda.

O Lula politizou totalmente o Mercosul e pediu para os industriais brasileiros terem paciência, ajudarem os argentinos a se reindustrializarem e aceitarem restrições sobre linha branca. O Celso Amorim fez mais: ele criou um programa de substituição de importações. O Lula explicou: "Não, nós temos que ajudar os nossos irmãos mais pobres. O Brasil é um país poderoso, com uma indústria poderosa. Nós podemos importar da América do Sul, da África, mesmo que seja um pouco mais caro e de menor qualidade, mas é para ajudar." Aquela visão política, demagógica, falsa. Claro que nenhum industrial, nenhum importador, nenhum comerciante faria isso: importar mais caro e de menor qualidade quando pode importar mais barato da China, da Europa ou dos Estados Unidos. Portanto, tanto as demandas do Lula quanto o programa de substituição de importações do Brasil, que seria para importar da Argentina e de outros países, nunca funcionaram.

Por isso que eu te digo: não houve priorização da integração política no governo FHC. E, se houve, foi para salvar o Mercosul, e nunca houve redirecionamento da agenda do Mercosul. O que houve foi tentativa de fazer cumprir o que estava na agenda do Mercosul. Tanto que muita coisa que deveria ter sido cumprida em 1995 foi postergada para 2001 e, tampouco, foi cumprida, claro. As exceções, a TEC, a liberalização maior concedida a Uruguai e Paraguai para se enquadrarem no regime comum etc. E, sobretudo, o seguinte: quando o Brasil entrou em parafuso na sua política cambial, porque o Gustavo Franco tentou ainda fazer uma banda de desvalorização programada do real para diminuir a defasagem cambial, não conseguiu e saiu fora.

O Fernando Henrique manteve a paridade para as eleições de 1998, mas a coisa explodiu no início de 1999. Entrou o Francisco Lopes com a sua banda diagonal endógena no Banco Central, que acabou em um dia ou dois. E aí foi aquele desastre: foi para 4 reais por dólar. Então entrou o Armínio Fraga e acalmou a situação, introduzindo, aí sim, o tripé macroeconômico, que é: flutuação cambial, metas de inflação (e não metas cambiais) e Lei de Responsabilidade Fiscal, que finalmente foi aprovada em 2000. Mas, aí, já tinham resolvido o problema das dívidas dos estados: já tinham introduzido o nosso "austericídio" de venda, liquidação de bancos estaduais e correção das dívidas dos estados e dos municípios. Aí, sim, o governo fez um enorme esforço, como agora vai se fazer, porque todo mundo quer entrar nessa tragédia gaúcha para diminuir a sua dívida com o governo federal.

Então, veja como essas circunstâncias macroeconômicas — frustrações do Plano Real no Brasil, frustrações do Plano Cavallo na Argentina, desafio da ALCA, sobretudo — se interligaram. Porque a ALCA começou lá em 1995, com estudos e negociações preliminares até 1999. Em 1999 começariam as negociações de fato para fazer a ALCA, e Brasil e Estados

Unidos seriam os copresidentes desse processo final. Mas o Lula e a sua turma vinham fazendo campanha contra a ALCA desde o início: "Não, a ALCA não é um projeto de integração, é um projeto de anexação." E eles eram contra, assim como os sindicatos americanos, que sabiam que perderiam empregos, com indústrias deslocando-se para o Brasil e a Argentina. Portanto, eram contra a ALCA.

JF – ***E havia também a preocupação de a ALCA absorver, então, o Mercosul, né?***

PRA – Sim. É porque a primeira USTR [*United States Trade Representative*] do início da ALCA, que era a Charlene Barchevsky, se não me engano, achava que todos esses acordos bilaterais ou plurilaterais no âmbito sul-americano deviam acabar e dar espaço para a ALCA, que seria geral, uma área de livre comércio total, e não só em comércio, mas em serviços, investimentos, propriedade intelectual, finanças e tudo mais, entendeu? E houve uma resistência, sobretudo na conferência da ALCA de Belo Horizonte, em 1998, se não me engano. O Lampreia, com muito esforço, conseguiu fazer com que o Mercosul — ainda se tinha o Menem lá na Argentina (o Menem ainda estava lá em 1998, muito pró-americano) — se unisse em garantir o Mercosul. O Mercosul seria superior à ALCA, claro, porque o Mercosul é um mercado comum e uma união aduaneira. A ALCA seria só uma zona de livre comércio. Então, era um argumento conceitual, político, mas dizendo: "Olha, não podemos desmantelar o Mercosul só porque a ALCA vem aí."

Então, tanto na conferência de Belo Horizonte, ministerial, quanto depois na cúpula de Montreal ou Quebec, em 2001, Fernando Henrique ainda... Eu me lembro que estava em Washington. Praticamente nós escrevemos o discurso do Fernando Henrique Cardoso em Quebec, na Cúpula das Américas. Ele falou o seguinte: "Olha, nós aceitamos a ALCA, sim, desde que haja uma real liberalização na agricultura, que haja um equilíbrio, etc., etc." Ou seja, aquelas condicionalidades que a gente sempre faz. Olha, é o Santo Agostinho que fala: "Sou pela abstinência, mas não já". Quero falar do Agostinho que introduziu a abstinência e o celibato na Igreja: "Sou pela castidade, mas não agora". Ou seja, é a mesma coisa, o Mercosul, o Brasil, falando: "Nós somos pelo livre comércio, mas devagar. Vamos nos acomodar primeiro: vêm os capitais americanos, os investimentos, e depois a gente abre, reduz as tarifas e liberaliza os serviços, investimentos, não sei o que e tal." A mesma coisa de sempre, o protecionismo e o mercantilismo iguais aos de sempre, só que disfarçados por belas palavras.

Então, esse foi o último posicionamento pré-Lula, antes do redirecionamento e da mudança da agenda política do Mercosul, porque ainda era uma agenda razoável da diplomacia

brasileira; da diplomacia argentina, mais ou menos; e dos meios econômicos, que a gente tentava domar e dizer o seguinte: “Olha, a gente vai fazer, sim, liberalizar, é importante, OCDE e tudo mais, mas temos que nos preparar, temos que fazer reformas e tudo mais, e precisamos de ajuda.”

JF – ***E, a partir da crise de 1999, a crise cambial brasileira, houve uma maior permissividade, por parte do Itamaraty, ao protecionismo argentino?***

PRA – Sim, veja, claro, sim, essa é a mudança da agenda política do Mercosul, mas era para salvar o Mercosul. E aí eu explico: quando veio a crise argentina de 1999, que eles não podiam mais, e eles começaram a introduzir restrições, e o Menem ameaçou dolarizar — em 1999 ele ameaçou dolarizar imediatamente, ou seja, dolarizar completamente —, aí houve uma preocupação nossa: “Bom, se a Argentina dolarizar, acaba o Mercosul”, e acabaria realmente. Todo o projeto estratégico da diplomacia brasileira desde os anos 1980, 1990, acabaria ali na dolarização argentina, e pronto, acabava.

O que se fez? Você tinha tido o Maastricht, em 1993 começou, e aqueles critérios de Maastricht para a União Monetária, que começou nos anos 1990, se prolongou até 1999, 2001. O que o Fernando Henrique fez, e a diplomacia brasileira fez, mas com a ajuda do Malan e tudo, foi propor um mini-Maastricht no Mercosul. O que se fez foi criar um novo grupo de trabalho, GT-14 ou não sei o quê, mas era um GT de políticas macroeconômicas, de fazer a convergência de políticas macroeconômicas do Mercosul, visando uma futura moeda comum, entendeu? Então, essa foi a mudança política da diplomacia brasileira e do Fernando Henrique, para tentar salvar o Mercosul e não redirecionar a agenda.

Então, o que se fez foi falar: “Olha, tudo bem, a Argentina está em crise, então vamos aprofundar a integração, não vamos destruir a integração, não vamos dolarizar. Se quiserem, a gente vai adotar uma moeda única, mas então temos que preparar e fazer aquilo que os europeus estão fazendo desde 1993: autonomia dos bancos centrais e os critérios de Maastricht”. Quais são os critérios de Maastricht? As taxas de juros têm que estar ancoradas em uma faixa central menor, que seria a da Alemanha, claro, do *Bundesbank*, não os juros italianos ou gregos de 7%, 8%, 9%, 10%, e sim 2,5%, 3% do *Bundesbank* para lançar títulos. A variação cambial no sistema monetário europeu — mas ele também explodiu em 1992 com a unificação alemã, explodiu o sistema monetário europeu —, mas o sistema monetário europeu era em torno do *Deutsche Mark* e juntava até países que não eram nem da União Europeia. Nessa época, a Áustria, a Suíça faziam um pacto, Holanda, Bélgica, a França entrou logo depois, mas era ter

uma espécie de banda cambial em torno do *Deutsche Mark*, em que o câmbio não iria acima de 2,5% para cima ou para baixo. Era uma espécie de caminho de força para evitar a volatilidade cambial e prejudicar o comércio.

E mais: o déficit orçamentário e a dívida pública tinham que seguir estritamente dois critérios. O déficit orçamentário não poderia ser superior a 3% do PIB — e você tinha países que faziam mais de 6%, 7%: Bélgica, Itália, tinham um déficit orçamentário superior a 3% do PIB —, e a dívida pública não poderia ir além de 60% do PIB. Os critérios de Maastricht eram esses, mais a independência dos bancos centrais, que a Inglaterra até fez em 1995, apesar de não ter entrado lá no euro; fez, em 1995, a independência do *Bank of England*, a autonomia. E os países convergiram na União Monetária e na União dos Juros, em torno do *Deutsche Mark*, digamos, e foi criado o Instituto Monetário Europeu, depois o Banco Central, e depois a dívida pública e o déficit orçamentário. Muitos países não cumpriram e, ainda assim, entraram no euro logo na primeira fase — a Itália entrou, a Bélgica entrou, quando não poderiam, porque a dívida pública da Itália era de 130% do PIB, a da Bélgica de 125%, o déficit de 7% ou mais. Depois entraram até Grécia, mas isso numa segunda ou terceira fase: Grécia, Portugal, Espanha também não cumpriam todos os critérios, mas acabaram entrando politicamente, enfim.

O que você fez em 1999 foi criar um mini-Maastricht, pelo menos no papel, e houve reuniões desse Grupo de Trabalho para começar a criar critérios similares aos de Maastricht no Mercosul: dívida pública, déficit orçamentário, um certo controle cambial, âncora cambial e outras coisas. Então, o que você fez foi tentar promover uma convergência das políticas macroeconômicas. Mas os argentinos sempre acusaram a gente de fazer concorrência desleal, porque a gente tinha o BNDES, que financiava todo mundo, e eles não tinham o BNDES. Acusavam o BNDES de ajudar a indústria brasileira e de dar competitividade artificial, com financiamento público em várias áreas e tudo mais, e é verdade. Você tinha uma estrutura tributária e, sobretudo, medidas para-tarifárias brasileiras totalmente anti-integracionistas — pense no rótulo da Anvisa, no produto que você compra no supermercado: você não consegue ler aquilo a não ser com um microscópio ou uma lente de aumento. Você tem milhares de especificações; essas são normas técnicas, e nenhum produto argentino, paraguaio ou uruguaio podia entrar no Brasil se não seguisse aquelas normas zoofitossanitárias da Anvisa e tudo mais, que eram unilaterais do Brasil. Tanto a Anvisa quanto o órgão de metrologia do Brasil, o órgão de metrologia legal, que define pesos, medidas e tudo mais, são institutos nacionais.

Você pensa em todas essas medidas que o Brasil tinha, totalmente "anti-mercosulinas", e, sobretudo, no sistema tributário brasileiro: a Zona Franca de Manaus e tudo isso são anti-integração. Então o Brasil também era inadimplente em relação à integração, e a Argentina

recorreu a salvaguardas ilegais e *antidumping* ilegal contra produtos brasileiros, contrariando as regras do Mercosul e até do GATT. Mas o Brasil era um país totalmente anti-integracionista. A nossa tecnoburocracia nunca deu bola para o Mercosul, e mesmo as medidas econômicas vindas da Fazenda nunca ligaram para o Mercosul, criando milhares de normas da Receita Federal contra as empresas brasileiras para taxar mais. O nosso sistema tributário é uma loucura. Então tudo isso é muito complicado para a integração. Todo mundo é culpado, sobretudo os dois grandes: Brasil e Argentina. O Paraguai e o Uruguai, coitadinhos, sofrem as nossas exceções, as nossas políticas, enfim.

É um pouco isso que eu queria dizer como quadro geral, mas, sobretudo, sobre a parte internacional. A ALCA foi um desafio ao Brasil até 2005, já no governo Lula, quando Lula, Kirchner e Chávez implodiram a ALCA lá na Cúpula de Mar del Plata em novembro de 2005, entendeu? Isso é importante, mas já é posterior à tua tese, à tua dissertação. Você vê que está fazendo um trabalho sobre o redirecionamento da agenda do Mercosul, que não houve no governo FHC, e, sim, uma tentativa de salvar o Mercosul até 2002. Depois o Lula abandonou e ficou só fazendo estudos sociais, programas de integração política, social, sindical e cultural no Mercosul. Mas a agenda importante — o Tratado de Assunção ou o tratado de liberalização comercial, de abertura econômica — nunca foi cumprida, nunca foi feita. Convergência de políticas macroeconômicas, artigo primeiro, nunca foi feita, entendeu? A TEC, com todas as suas exceções nacionais, e não do Mercosul.

Os europeus não entendem; a gente tem uma TEC registrada lá no GATT, mas cada país tem a sua tarifa para um produto ou outro: Uruguai 5%, Brasil 18%. E os europeus sempre reclamaram que o produto entrava em Santos ou em Paranaguá, pagava a tarifa de importação, depois ia para o Uruguai ou o Paraguai e tinha que pagar uma nova tarifa de importação, dupla tarifa. Tem muita reclamação dos europeus nesse sentido. O Código Aduaneiro do Mercosul, que na Europa foi criado em 10 anos e se aplicou realmente — uma tarifa do Mercado Comum e receitas comunitárias, porque é um sistema supranacional —, foi feito em 10 anos; no Brasil, nunca foi feito. O Código Aduaneiro do Mercosul demorou 20 anos para ser concluído, e nem sei se está em vigor. É assim. Do comércio intra e extra-Mercosul, eu acredito que tenha pouco mais de 50% que se faz sob a tarifa oficial do Mercosul; o resto são exceções, para cima ou para baixo, entendeu?

JF – ***A estratégia de FHC não dá para chamar de reforma, mas talvez de ajustes?***

PRA – De ajustes, exato. Mas ajustes para responder à unilateralidade argentina, porque a Argentina, em 1999, quando quebrou pela primeira vez (depois quebrou oficialmente, enfim), começou a dizer que não podia aguentar, porque a desvalorização do real dava uma competitividade muito grande aos produtos brasileiros, e aí o déficit argentino iria crescer muito. Então, o Brasil teve que conceder as salvaguardas aos argentinos. Foi, portanto, um ajuste para responder às respostas anti-integracionistas argentinas e tentar salvar o Mercosul, caminhando para mais integração, como o Jacques Delors fez em 1980.

Nos anos 1980, estava uma merda lá nas Comunidades Econômicas Europeias. Ele deu um salto para frente, propôs o Ato Único — isso foi em 1985; 1986, em 1992, acabaram essas exceções nacionais, seria o mercado unificado. Foi isso também que empurrou Estados Unidos e Brasil-Argentina para mais integração, porque se previu que, de 1985 até 1992, a Europa iria virar uma "fortaleza europeia", ou seja, mercado unificado e proteção para fora. Então, os americanos avançaram no acordo de livre comércio com o Canadá e, depois, com o NAFTA, e o Brasil-Argentina avançaram na sua integração bilateral, o Tratado de Integração de 1988 e a Ata de Buenos Aires de 1990.

As condições internacionais — a paralisia do GATT, depois a paralisia também do GATT em 1990, que não acabou, demorou mais três anos para a Rodada Uruguai terminar nos Acordos de Marraqueche de 1993, criando a OMC —, tudo isso contribuiu para que os países fossem adaptando suas políticas comerciais, suas iniciativas de liberalização restrita, de minilateralizações, durante esse final dos anos 1980 e início dos anos 1990.

E isso muda também o espírito liberal no mundo, porque os anos 1980 foram os anos do neoliberalismo: Thatcher, Reagan, Hayek, Mises, Chicago Boys, Milton Friedman. Mas o liberalismo não pode fazer milagres se os países continuam errados, e México, Brasil, Argentina e vários outros países que foram para o "neoliberalismo", digamos assim. O próprio socialismo que acabou nos anos 1980, é difícil consertar países com deformações históricas, estruturais, constitucionais, legais. É um processo longo que exige um processo muito grande de reforma constitucional, políticas, acordos internacionais, avanço da agenda internacional. Então, o liberalismo também começou a tropeçar no final dos anos 1980, nos anos 1990, sobretudo, com as dificuldades no Leste Europeu, com as dificuldades na América Latina. Aí vieram os governos de esquerda no Brasil, na própria Argentina depois, no Chile depois e, sobretudo, na Venezuela, e essa loucura do bolivarianismo, a partir dos anos 2000. Nos anos 2000, foi, sim, uma mudança no *zeitgeist*, no espírito do mundo. Acabou o Chicago Boys, o neoliberalismo entrou na coisa.

Pois é, então você precisa considerar todos esses fatores ao mesmo tempo: GATT, OMC, política comercial americana, mudanças na Europa, Maastricht e, depois, mudanças no Mercosul, Brasil e Argentina, e problemas das políticas econômicas nacionais. Se você pensar em tudo que foi feito dos anos 1980 para cá e, mesmo hoje, no que está se fazendo, tudo é puxadinho: você faz uma PEC para isso, faz uma PEC para aquilo. O Brasil já tem mais de 130 PECs, ou seja, mudanças constitucionais. Numa constituição já enorme, com disposições transitórias também enormes, você cria 130 PECs, que são puxadinhos, e é tudo que se faz. Agora vem a crise lá no Rio Grande do Sul, você faz puxadinhos, aí os outros estados querem entrar, entendeu? Aí entra tudo: entra subsídio, entra redução tributária, entra financiamento, entra programa para pobre, programa para rico, programa para todo mundo. Tudo é puxadinho, tudo é improvisação. É isso que a gente vive.

Agora, vocês, acadêmicos — eu digo "vocês, acadêmicos" sem nenhuma hostilidade ou ofensa —, os acadêmicos partem de conceitos que estão nos livros, entende? Estão nos livros alucinados que ficam falando de “neoliberalismo”. Nunca teve neoliberalismo, nem no Brasil, nem em nenhum lugar. Tudo foi adaptação. Quando você tem uma balança comercial, um orçamento, um câmbio, uma dívida em estado falimentar, você começa a corrigir esses problemas da forma que é possível, entendeu? E nunca é a forma ideal. Aí, claro, você então abre para o capital estrangeiro para dar um respiro, você muda programas de subsídios que eram insustentáveis no plano orçamentário. Ah, “neoliberalismo”! “Desmantelamento do Estado”! Porque não tem mais condições; os Estados não têm mais condições de manter estatais deficitárias durante anos e que não fazem serviço. Se você tivesse mantido a Telebrás, você nunca teria telefone celular no Brasil, né?

JF – ***O Moniz Bandeira e o Escudé têm essa visão, nas suas palavras, “conspiracionista”.***

PRA – O Moniz Bandeira, por ter a visão trotskista do mundo, e o Escudé, por ter uma visão absolutamente alucinante, entendeu? As relações carnais são ciclotímicas, não é? Agora voltaram para as “relações carnais 2”. É um troço alucinante, mas isso são loucuras dos homens ou dos economistas da Unicamp, dos protecionistas, que também não são santos. Vamos ser sérios, esse negócio de integração é muito bonito no papel, mas você bate na CNI, bate na Fiesp, e eles dizem: “Olha, eu não posso. Se vocês abaixarem a tarifa para 10%, eu tenho que despedir 1.500 operários”. Aí os políticos voltam atrás, entendeu? É assim que funciona.

JF – O senhor não acha que a expectativa do mini-Maastricht do Fernando Henrique, de tentar avançar na integração e até de uma possibilidade de uma união monetária, não seria uma contradição? Porque eles não estariam cumprindo os objetivos originais do Tratado de Assunção justamente por terem essa permissividade do protecionismo argentino.

PRA – Não, veja, eles estariam justamente caminhando no sentido de cumprir o Tratado de Assunção. O Tratado de Assunção é um tratado de abertura comercial, de convergência das políticas macroeconômicas, de unificação das legislações nacionais setoriais. Inclusive, é o que fez o Delors, em 1985, 1986. Ele falou o seguinte: "Olha, o país que tiver restrições vai ser punido pela Corte de Luxemburgo, vai pagar multa", entendeu? Então, se você não permitir que a cerveja que não tem a especificação alemã da Idade Média, que a geleia feita não sei no quê, que o queijo assim-assado, que isso, aquilo, entrem, você vai ser punido. Então foi uma unificação forçada de critérios.

Aí, sim, você fez a supranacionalidade — ou o lado comunitário — da construção integracionista europeia, que é acabar com todas as barreiras, entendeu? E você tinha barreiras na Europa. Até os anos 1990, você tinha barreiras, sobretudo em serviços e investimentos, tanto que o grande tema das eleições francesas, já antes, no Sarkozy, era o bombeiro polonês, entendeu? Quando o Maastricht criou o mercado comum de mão de obra, todo mundo podia trabalhar onde quisesse, você teve aquela fobia: "Ah, o bombeiro polonês vai tirar os empregos dos bombeiros franceses". Sim, claro, porque o bombeiro francês cobra cem francos, né? E o bombeiro polonês faz o mesmo trabalho por cinquenta francos, né? Ou já euros, né? Já na época do euro, nos anos 2000.

Então é isso, os países tiveram que se adaptar, e você teve essa liberalização europeia forçada pelo Ato Único Europeu. E o Fernando Henrique, idealisticamente, quis fazer a mesma coisa, mas, claro, começando pelo pré-Maastricht, pelos anos 1990, que é dívida pública, déficit orçamentário, câmbio e juros, que é onde o Maastricht saiu, junto com a autonomia dos bancos centrais, para, em 1999, fixar as moedas irrevogavelmente e, de 1999 a 2001, preparar a entrada da nova moeda do euro, que entrou em 2001, entendeu? Então, ele achou que a gente, em vez de cada um seguir para o seu lado, como os argentinos estavam tentando fazer, podia seguir juntos. Então foi uma tentativa de salvar o Mercosul. Não houve redirecionamento da agenda do Mercosul, e sim caminhar para o Tratado de Assunção, o que não tinha sido feito.

E integração política, só o Lula mesmo, que acabou. O Lula e o Kirchner acabaram com o Mercosul comercial; nunca mais teve. E ele, inclusive, foi contra o cumprimento das regras de Assunção pelo comércio bilateral Brasil-Argentina. Disse: "Não, não. Os argentinos estão

na merda, vamos ajudá-los a se reindustrializarem. Então não insistam, aceitem restrições sobre calçados, linha branca etc., até eles se reindustrializarem". E, claro, a Fiesp e a CNI, que são sabujos do poder, dependem do Ministério para ter dinheiro do BNDES, para ter tarifa alta e outras ajudas. Eles concedem.

Então é isso. O problema é o seguinte: o principal esporte dos industriais brasileiros e argentinos não é, como os europeus e americanos, tentar se capacitar na competição, entendeu? E sim vir a Brasília ou ir a Buenos Aires para conseguir favores, favores, subsídios, isenções, exceções etc., etc. É isso. Sempre foi assim, sempre foi assim e continua sendo assim. Eu não vejo o fim das exceções. Tudo que você está fazendo hoje são improvisações. Sempre. O Temer fez alguns ajustes, realmente, da reforma trabalhista pouco previdenciária, ou liberalização econômica, mas o Bolsonaro entrou prometendo liberalização total. Mas, acabado no seu desejo de reeleição, fez tudo errado e acabou afundando o Brasil no plano fiscal, monetário, cambial e tudo. A Dilma já tinha feito isso também, e o Lula parece que "dilmou" precocemente. É isso, enfim.

A gente pode examinar as suas questões, eu posso fazer isso rapidamente agora, mas você tem que prestar atenção nos fatos e menos no que os acadêmicos escrevem, entendeu? Ainda que você tenha acadêmicos e economistas realistas que escrevam, você tem muito trabalho no próprio BNDES, no IPEA, de boa qualidade sobre as realidades econômicas, mas, como são órgãos vinculados ao Estado, eles não podem dizer: "Olha, o governo está fazendo cagada, o governo está atuando de forma errada no plano fiscal, tributário, política comercial, normas técnicas, está desconhecendo a integração, etc.". Eles têm que se conter, e o Itamaraty também é assim. O Itamaraty se contém. Eu fui censurado algumas vezes no Itamaraty, fiquei sem emprego no Itamaraty durante os 13 anos do governo Lula. Por quê? Porque eu indicava o que estava errado, entendeu? Eles não gostavam. Fui punido. Mas, enfim, isso é um pequeno detalhe na história...

Eu digo o seguinte: se você pegar os economistas sérios, que, inclusive, criticavam o Mercosul, você vai ter uma visão mais próxima da realidade do que esses sociólogos, cientistas políticos e internacionalistas das universidades brasileiras, que ficam: "Ah, tem o déficit democrático, tem assimetrias", entende? Eu critiquei muito o FOCEM; o FOCEM é uma aberração. É como se o Brasil fosse a Alemanha, quando a gente tem um PIB *per capita* inferior a todos os demais países, com exceção do Paraguai, e o Brasil paga 70% do que é o FOCEM, para fazer o que o BID e outros bancos de fomento poderiam fazer. É uma aberração. Tudo que o Lula fez foi uma aberração, e daí não dá para tirar grande coisa. Ele faz integração política, estudo social, laboral, sexual, qualquer coisa, entendeu? Você faz reunião de artistas,

intelectuais, e algumas coisas são boas na integração educacional, mas, ainda assim, com cuidado, porque as universidades precisam ter regras rígidas quanto à titulação, disciplina, horário, grade curricular.

É claro que algumas coisas são ridículas. Você exigir que um arquiteto argentino precise conhecer a arquitetura brasileira, a história da arquitetura brasileira, para ter o seu diploma legalizado no Brasil, é ridículo. Ele precisa saber construir decentemente uma casa, fazer cálculo exato; essa coisa de "não fez sociologia e não fez história da arquitetura brasileira" ou "patrimônio brasileiro", tudo isso é bobagem. Mas as universidades, sobretudo na área técnica, na área biológica, na área médica, na área científica, precisam ter critérios muito rígidos para legalizar o diploma. Advogado, enfim, aí já é uma corporação protecionista, né?

JF – ***Agradeço imensamente pela exposição, abordando pontos tão pertinentes sobre o contexto internacional, regional e a estratégia interna do Itamaraty, especialmente considerando a sua experiência como personagem dessa história. Continuamos então no roteiro das perguntas no próximo encontro.***

- **Segundo dia: 24/05/2024**

José Ferreira – ***Bom dia. Dando continuidade à nossa conversa, durante o governo FHC, quais foram as principais prioridades da agenda de integração regional do Brasil e como foram moldadas pela situação econômica, as relações com a Argentina e a visão do papel do Brasil no mundo?***

Paulo Roberto de Almeida – Bom dia. Então, vamos lá: você tem uma iniciativa tomada pelo Collor, e é importante referir-se ao início do processo, porque você tinha um modelo de integração econômica que era racional ou bem-vindo, da época do Sarney, feito mais pelos diplomatas dos dois países do que pelos *establishments* econômicos. Foi o processo de integração bilateral, depois quadrilateralizado, já no Collor e no Menem, com o objetivo de formar um mercado comum. Isso já está no Tratado de Integração de 1988. É um objetivo ambicioso para países que tinham comércio – mais Brasil e Argentina; Uruguai e Paraguai um pouco, mas sem muitas regras do GATT, no caso do Paraguai –, porque era uma espécie de mimetismo do processo europeu em países cuja densidade comercial era menor.

Então, a condição inicial é a seguinte: na Europa, independentemente de países que, nos anos 1930, foram para autocracias, ditaduras, e depois viraram democracias no pós-Segunda

Guerra, você já tinha uma densidade de comércio natural — desde a Idade Média, desde as feiras da Idade Média, e depois a consolidação nos anos do século XIX, e mesmo no século XX, a despeito das crises. Você tinha um comércio natural pela geografia, pela história, porque eram países relativamente pequenos, com muitos meios de transporte. Então, independentemente dos Tratados de Roma e até dos Tratados de Paris de 1951, você teve um comércio que sustentava as iniciativas políticas de 1958. Talvez metade do comércio desses países fosse feito entre eles, conjuntamente, digamos, a grosso modo, enquanto que no Mercosul era muito pequeno, ainda que a maior parte do comércio fosse entre Brasil e Argentina.

As dotações eram o seguinte: você tinha uma tentativa de imitar um exercício diplomático, econômico, europeu, em condições menos exigentes no plano da prática. Inclusive porque havia esse processo de substituição de importação, que foi muito importante nos anos 1950 e 1960, no Brasil e na Argentina. Esse processo resultava em nacionalismo, protecionismo e exclusividade dos requerimentos técnicos da metrologia… E nada caminhava para a integração. Houve processo: teve o Memorando Tabuada-Lafer em 1958; depois a ALALC, que não deu certo; a nova conferência nos anos 1970, que deu mais prazo para fazer a zona de livre comércio que não havia sido implementada; depois a Rodada Tóquio; a Cláusula de Habilitação; e, finalmente, a ALADI, que substituiu tudo, mas a ALADI tampouco avançou.

Aí a Europa partiu para aquele processo do mercado único em 1986, e depois os Estados Unidos fizeram um acordo de livre comércio com o México e lançaram a Iniciativa para as Américas do Bush-pai. O México foi integrado, digamos, à grande economia americana. Então, todas essas eram condições colocadas no mundo, na região, que exigiam alguma resposta do Brasil: "Olha, nós vamos ficar isolados, a Europa vai virar uma fortaleza, os Estados Unidos estão cuidando da sua vida, e a gente está aqui. Então, vamos avançar." É um idealismo típico de tecnocratas ou de diplomatas. Então, a gente precisa partir dessa situação do final dos anos 1980 e início dos anos 1990 para compreender que você colocou a barra lá em cima para o cara da vara, e essa barra era talvez muito alta para as condições do Brasil, da Argentina e dos demais países.

Em primeiro lugar, as prioridades da agenda de integração eram uma barra relativamente alta para ser atingida. Poderiam ser atingidas se consolidássemos todos os esforços internos, nacionais e reformas nacionais, inclusive constitucionais, e se o ambiente externo fosse também favorável — mas não foi. Então, quando se iniciou o governo FHC (e a gente parte da cronologia de 1994, 1995, enfim, quando ele começou), você já tinha o desafio da Alca. O desafio da Alca, em teoria, seria neutralizar quaisquer outros objetivos e políticas

comerciais no hemisfério. É o Império. O Império disse: “Olha, os europeus estão se organizando lá em Maastricht, a Ásia tem aquela coisa muito grande, e a gente aqui tem o nosso hemisfério. Então, o nosso hemisfério tem que juntar os países num processo conjunto em que nós tenhamos protagonismo, né?”

E era evidente que tanto o governo Bush, tanto o Bush-pai quanto o Clinton, tinham esse objetivo. Daí que o Clinton propôs, em vez da Iniciativa para as Américas — que era praticamente bilateral (o Bush-pai definiu o México como o primeiro país e depois trataria dos outros) —, um processo multilateral regional. Então, isso foi um desafio muito grande, como houve em 1889, quando James Blaine, o Secretário de Estado, convocou a Primeira Reunião Internacional Americana. O Brasil foi lá, mas já era intenção do Brasil e da Argentina (Brasil ainda Império) manter os laços com a Europa, que eram os nossos principais mercados, financiadores etc. Os Estados Unidos estavam apenas se exercitando no seu pré-imperialismo, dez anos antes da Guerra Hispano-Americana.

Lá, a gente era contrário, mas depois virou república e a gente aderiu. O Salvador de Mendonça patrocinou o acordo de comércio Brasil-Estados Unidos, que foi inviabilizado, porque os Estados Unidos estenderam os mesmos benefícios ao açúcar e outras coisas para os outros países da região – para os Caribenhos, para os países da América Central, Cuba, sobretudo, lá no açúcar. Isso inviabilizou completamente uma relação especial que a gente queria. Então não deu certo, virou uma União Americana de escritório comercial e tudo, e a coisa ficou na política imperialista. Veio a política da boa vizinhança, a guerra e, finalmente, a liderança americana nos anos 1950 e 1960, inclusive por golpes de Estado.

Você tem todo um ambiente externo que você precisa medir para saber o que é possível fazer. O Brasil, em 1988, estabeleceu o objetivo de um mercado comum Brasil-Argentina, e, em 1990, 1991, a coisa foi estendida aos outros países. O Chile não pôde entrar porque não tínhamos nenhuma ideia de fazer uma tarifa única, já que o Chile estava em outro regime. O Chile precisaria mudar a sua política comercial e achou que era melhor fazer seus acordos de livre comércio, também bilateralmente, com todo mundo, como ele fez. Nós, por outro lado, queríamos sempre ter aquela política industrial brasileira, política comercial protecionista até onde fosse possível.

Então, as prioridades do Brasil eram, eu diria o seguinte: consolidar o Mercosul, sim. Mas, como eu disse, teve a Estratégia de Las Leñas, em 1992, que listava todos os requerimentos para consolidar o Mercosul. Então, essa era a primeira prioridade. Só que a Estratégia de Las Leñas era um caderno de deveres, um manual de instruções que penetrou

pouco na agenda interna das instituições — instituições do Ministério da Economia, Agricultura, Indústria e Comércio, Saúde, INPI, Receita Federal…

Aquilo parecia uma coisa de diplomata, e os outros tecnocratas estavam resolvendo problemas que... você veja, na época, estávamos implementando o Plano Real. Aquilo foi um desafio enorme para a sociedade brasileira, assim como foi o PAEG no início do governo militar. O PAEG foi um imenso plano de reforma total do Brasil. Foi, em grande parte, exitoso: o Brasil realmente saiu da inflação, que na época estava em 100% ao ano, para inflações na faixa de 10% a 20% e preparado para crescer. Então, o PAEG foi um plano relevante, mas ele exigiu um esforço, e foi mais fácil porque era uma ditadura — você fazia decreto-lei e mudava a coisa. Na democracia, tudo era muito mais difícil. O governo Fernando Henrique teve problemas para fazer uma reforma previdenciária que era absolutamente essencial; por um voto perdeu. O Itamar não deixou que se fizesse um ajuste fiscal no início do Plano Real; foi necessário manter juros altos, que provocaram problemas mais adiante. Em 1999, tivemos que fazer uma reforma cambial e tirar a âncora cambial para uma âncora baseada em metas de inflação e tudo mais.

Então, você veja que o processo Brasil-Argentina de estabilização foi muito demandante — foi muito exigente em termos de medidas internas, e elas foram contrárias ao objetivo da integração, que exigiria, como disse o Tratado de Assunção, "coordenação das políticas macroeconômicas e setoriais, harmonização das legislações", etc. Nada disso foi feito porque o Brasil estava focado na consolidação do Plano Real entre 1994 e 1999. Depois, a coisa marchou bem, mas com aquelas dificuldades que a gente sabe: desvalorização e reconquista da competitividade. Além disso, a Argentina entrou numa camisa de força do Plano Cavallo de conversibilidade, que não se ajustava às necessidades argentinas, porque aquilo deu um aparente alento durante um certo tempo, mas a inflação voltou e o desrespeito fiscal — claro, tanto no Brasil quanto na Argentina — dificultou o processo. A coisa tinha que entrar em crise entre 1999 e 2000, como entrou tanto no Brasil quanto na Argentina.

Então, a consolidação do Mercosul, que era o objetivo central — de qualquer governo, mas mais do FHC, porque ele tinha uma plena consciência de que era preciso implementar os objetivos do Tratado de Assunção —, esbarrou em várias coisas que não foram feitas no período de transição, ou seja, entre 1991 e 1994, e acabaram sendo adiadas para 2000 e 2001. Tem resoluções do Conselho do Mercosul, do Grupo Mercado Comum, que diziam: "Bom, então, vamos até 2000." O acordo automotivo, que era um foco muito importante do comércio Brasil-Argentina, também foi estendido; era uma coisa provisória: "Olha, gente, não dá para fazer livre comércio imediatamente no setor automobilístico, senão o Brasil, que é mais poderoso, mais

forte, vai acabar com Córdova, e sem Córdova a indústria automobilística acaba". Isso porque o setor não tem competitividade, porque cada país tem as suas corporações sindicais, as suas demandas, os congressistas que querem isso e aquilo. Foi uma dificuldade tratar da questão trabalhista, laboral, sindical, salário-mínimo, reforma previdenciária, reforma trabalhista. Tudo isso foi muito difícil de ser implementado nos dois países.

Então, as prioridades da agenda de integração, que eram estabelecidas no Tratado de Assunção, estavam numa barra muito alta para os países, que lidavam com dificuldades internas. No Brasil, o processo de estabilização baseado na âncora cambial se revelou uma armadilha, que tirou o superávit comercial do Brasil, entrou em déficit, daí você teve que desvalorizar e fazer flutuação cambial. E na Argentina, a camisa de força da conversibilidade também saltou pelos ares, não deu. Esses dois processos; Brasil e Argentina, foram relevantes na crise de 1999 – 2002.

JF – ***Poderíamos colocar como prioridade, naquele momento, a credibilidade externa do Brasil...?***

PRA – Exato, consolidar o Mercosul era a primeira prioridade da agenda de integração. Instrumental para isso era implementar os objetivos do Tratado de Assunção, mas, como eu disse, a barra era muito alta.

JF – ***... Só que "consolidar", não nos termos que o ministro Cavallo propunha, porque tinha uma diferença entre o Fernando Henrique e o Cavallo, né?***

PRA – Tinha, total, mas era uma contradição entre a Argentina e a realidade econômica, a Argentina e o mundo, a Argentina e o Brasil, claro. A Argentina fez algo que poucos países fizeram, caixa de conversão – foi o que o Brasil fez lá em 1905. Depois do Acordo de Taubaté, dos portadores de café, você não tinha credibilidade para ter empréstimo externo para estocar café, que era o objetivo (estocar café para aumentar o preço e continuar ganhando dinheiro no mercado internacional, mas, para isso, precisava sustentar os estoques). Os estados produtores – Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais – tentaram que o governo federal fizesse isso, desse dinheiro como sempre. O governo federal disse que não, e eles foram buscar empréstimo externo, inclusive nos Estados Unidos, mas, para isso, seria necessário ter uma moeda crível e uma capacidade de pagamento.

O que foi feito? Você alienou as receitas da alfândega do Rio de Janeiro. O Rothschild, que era o banco oficial dos empréstimos externos do Brasil, não quis entrar nesse processo, falou que não tinha confiança na nossa capacidade. Então, a gente fez uma caixa de conversão, ou seja, uma moeda indexada ao dólar, que durou alguns anos. Você vai lá no Museu de Valores do Banco Central, e você tem lá a moeda diferente do mil-réis normal, porque a moeda dizia: "Olha, pode ser trocada no Tesouro Nacional pelo seu valor em ouro." Então, é o padrão-ouro que você estabeleceu para aquela emissão da caixa de conversão, que valeu durante alguns anos, de 1906 até 1910, 1912, etc., e você conseguiu uns créditos externos com base nesse padrão-ouro. Mas a coisa foi pelos ares logo em seguida: veio a guerra e tal. Depois, em 1926…

JF – ***Para os Estados Unidos, fazia sentido fazer isso, por exemplo, no contexto de Bretton Woods, pela quantidade de reservas de ouro que tinham. Agora, o Brasil, não, né?***

PRA – Mas a coisa nos Estados Unidos foi feita também de forma diferente desde antes. Os Estados Unidos aderiram ao padrão-ouro no final do século XIX, mas foi uma luta interna enorme entre o pessoal da prata e o pessoal do ouro, porque eles tinham uma moeda, muitas vezes, baseada em prata, que vinha das minas que eles tinham lá nos Estados Unidos. Mas o mundo já estava caminhando para o padrão-ouro — os países europeus começaram a adotar o padrão-ouro; alguns latinos; França e Itália ainda mantinham a prata também, o bimetalismo. Porém, foi uma briga muito grande nos anos 1890 para definir que padrão os Estados Unidos adotariam: se a prata ou o ouro. O ouro acabou vencendo, mas, como sempre, de forma heterodoxa nos Estados Unidos. Depois veio Bretton Woods, mas aí havia a realidade de que não só o ouro americano, mas também o ouro europeu, que foi levado para os Estados Unidos durante a guerra, garantia um Fort Knox abastecido de ouro. Além disso, a economia americana, em 1945, representava talvez 40% do PIB mundial; todos os outros países estavam destruídos.

Então, foi fácil para eles dizerem: "Olha, tá bom, eu garanti... padrão ouro-dólar, o dólar está em 35 dólares a onça de ouro, é o que a gente pode manter como centro da meta cambial". Os países têm que definir o valor de sua moeda em ouro ou em dólar, e todo mundo fez isso. E o FMI entrou em vigor, mas com uma base que durou 10 anos e tanto, e depois começou a bater pino já nos anos 1960. Nos anos 1970, eles abandonaram isso. Então, é todo um contexto internacional, econômico sobretudo, e de decisões políticas tomadas internamente em função de desafios internos e externos que têm que ser levados em consideração.

Vamos lá, prioridades da agenda de integração regional do Brasil: primeiro, consolidar o Mercosul e implementar os objetivos do Tratado de Assunção. A gente sabe que isso não se

conseguiu fazer e foi jogado mais adiante. No plano da credibilidade externa, você tinha que buscar um acordo com o Grupo Andino. O Grupo Andino, quando foi estabelecido, era muito mais avançado, no papel, do que a ALALC — a ALALC, em 1960, era zona de livre comércio, e nunca se concretizou. Os países andinos, achando que o caminho era o europeu, pelo lado do mercado comum, fizeram isso em 1969, antes até da reforma ou da extensão de prazo na ALALC, em 1970, para mais 10 anos. Então, o Grupo Andino surgiu em 1969 com objetivos mais altos: ele tinha uma espécie de pré-comunitarismo, ou seja, pré-supranacionalidade, como no processo europeu, que era a Comissão de Bruxelas, já existente desde os Tratados de Paris, da integração do carvão e do aço. Então, uma desnacionalização para dizer: "Olha, agora não são os países individualmente que vão determinar a política do Grupo Andino", como na Europa, onde a política da Comunidade Econômica Europeia era definida pela Comissão de Bruxelas, que determinava políticas econômicas, políticas setoriais etc.

Então, fizeram a Junta de Cartagena. A Junta de Cartagena é uma espécie de Comissão de Bruxelas, que deveria dar ordens aos países para reformar suas políticas comerciais; mas nunca fizeram isso. Eles avançaram até em criar um tribunal andino — acho que na Colômbia ou no Peru, enfim. A Junta de Cartagena, acho que, funcionava em Lima, e o tribunal, acho que, em Bogotá (um tribunal como se fosse a Corte de Luxemburgo, que julga os países para verificar se estão implementando as políticas ou não). Nada disso funcionou, e o Grupo Andino entrou em crise também; inclusive, foi algo afetado pela volatilidade política: havia governos de esquerda, direita, social-democratas, socialistas, conservadores... A gente sabe como é a coisa.

Em 1996, logo no início da segunda fase do Mercosul, o Grupo Andino se transformou na CAN, Comunidade Andina de Nações, que tinha, aí sim, o objetivo de estabelecer uma união aduaneira, que eles não haviam conseguido implementar antes. Mas essa união aduaneira funcionou entre poucos países. O Chile já tinha saído do Grupo Andino nessa altura. Depois do golpe do Pinochet, em 1973, o Chile deixou o Grupo Andino em 1975, porque queria ter liberdade para fazer sua política econômica sem atender às exigências do Grupo Andino, que incluíam políticas de propriedade intelectual conjuntas, de investimentos conjuntos, políticas comerciais conjuntas... O Chile passou a adotar a ideia de livre comércio logo em seguida, quando mudou sua política econômica — porque isso não aconteceu logo no início do Pinochet, mas alguns anos depois, com a crise de 1979-1980. Então, permaneceram apenas Bolívia, Peru, Equador, Venezuela e Colômbia, que teoricamente deveriam implementar algo semelhante ao que o Brasil fez na fase de transição do Mercosul: uma união aduaneira.

O que é uma união aduaneira? É você definir um código aduaneiro comum e uma tarifa externa comum. Eles fizeram isso. O Brasil também fez: criamos, entre 1991 e 1994, a TEC [Tarifa Externa Comum], só que a TEC tinha perfurações e exceções nacionais. No caso do Grupo Andino, ou da CAN, em 1996, teoricamente foi estabelecida uma união aduaneira entre Colômbia e Venezuela, mas os outros países não entraram — nem o Equador, nem o Peru, nem a Bolívia, que era uma espécie de "dona Flor e seus dois maridos", sempre dividida entre as exigências do Grupo Andino e a realidade econômica do comércio maior com Brasil e Argentina. Depois, isso desmoronou, porque Chávez entrou em 1999 e quis acabar com isso, criando sua ALBA. Já havia também o desafio americano da ALCA desde 1995, quando começaram as conversações para as negociações, que foram iniciadas em 1999, com Brasil e Estados Unidos na presidência.

A terceira grande prioridade do Brasil, além de consolidar o seu próprio processo de estabilização do Plano Real e os objetivos do Tratado de Assunção no Mercosul, era buscar um acordo com o Grupo Andino. Você tentou várias vezes: o governo Fernando Henrique tentou várias vezes juntar todos os países do Grupo Andino (o Chile e a Bolívia, mais ou menos à parte, porque eles fizeram um acordo de associação com o Mercosul desde 1995), mas nunca houve condições de harmonizar a bagunça que era o Grupo Andino, além da bagunça própria do Mercosul, que postergava as exigências feitas no Tratado de Assunção e no próprio Protocolo de Ouro Preto, jogando-as para os anos 2000 etc. Então, o que foi feito, na verdade, durante todo o processo do Fernando Henrique, foram negociações bilaterais, "aladianas", entre países do Grupo Andino e países do Mercosul.

Então, em vez de ter um grande acordo do Mercosul-Grupo Andino ou Mercosul-CAN, como era o objetivo de ter em 1999, 2000, o que você teve foi uma série de acordos – acordos ACEs, ACPs, Argentina-Colômbia, Brasil-Colômbia, Brasil-Venezuela, Brasil-Equador. Esses acordos bilaterais que estão dentro do cartório que é a ALADI. A ALADI permite isso: acordos setoriais bilaterais, respeitando algumas regras multilaterais da ALADI, do Tratado de Montevidéu, do próprio GATT, 47 ou 94... segunda época, mas que deveriam caminhar para uma consolidação futura. Mas essa consolidação futura, entre blocos, nunca se fez. Então, teoricamente, aqueles acordos deviam, a cada ano, cair um pouco a tarifa, e dali a 5, 10, 15 anos, segundo a sensibilidade dos produtos, você chegaria a um livre comércio naqueles produtos entre aqueles dois países: um do Grupo Andino, um da CAN, outro do Mercosul. Ou seja, em 20 anos você teria, teoricamente, o livre comércio na América do Sul.

Mas isso não caminhou, porque você teve derrogações, e países saíram. A Bolívia nunca fez; agora a Bolívia está entrando no Mercosul. No Mercosul entrou oficialmente, mas ainda

tem prazo para ajustar sua política comercial, a TEC etc. A Venezuela foi admitida, depois de pedir em 2006, e acabou entrando em 2012, ilegalmente, porque não tinha feito nada do que ela havia prometido fazer em 2006. Em 2012, a Dilma e a Kirchner botaram a Venezuela no Mercosul, e continuou uma porcaria; depois ela foi suspensa, não por ser uma ditadura, mas porque não tinha cumprido os requisitos do próprio Tratado de Assunção. Em 2017, acabou, como a UNASUL, que depois se estiolou, mas aí é um outro processo que não tem nada a ver com integração e sim com coordenação.

Você veja que, em diferentes etapas e diferentes acordos, os países não levaram adiante. E na própria Europa foi difícil: o Tribunal de Luxemburgo teve que obrigar os países a cumprirem o que estava na Ata Única de 1986, até que em 1994 ou 1992, enfim, se chegou àqueles objetivos, e em 1993, então, a União Europeia começou a funcionar. Ainda assim, ela teve seus percalços, porque a Constituição da União Europeia, que deveria ter sido aprovada, não foi aprovada; foi rejeitada na Holanda e na França. Aí tiveram que fazer aquele Tratado de Lisboa, que inseria alguns aspectos comunitários no processo europeu, a presidência e tal, mas aquilo não virou Estados Unidos da Europa, e sim ficou uma "confederação europeia", com as suas dificuldades que a gente sabe de países que não cumprem: a Hungria, a Polônia também, a Espanha, a Itália e depois o Brexit.

Então, você tem essas dificuldades, e no nosso caso é basicamente crise argentina e crise brasileira. Crise brasileira da âncora cambial, que obrigou a reforma de 1999, feita pelo Armínio Fraga, das metas de inflação, da flutuação cambial, e depois, em seguida, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas lá na Argentina foi uma farra, porque, quando o Menem começou com o Cavallo o processo de estabilização, parecia que tudo ia dar certo, só que ele quis mudar a Constituição para se reeleger, o que não era possível. Ele conseguiu se reeleger fazendo acordo com os governadores, mas fazer acordo com os governadores é transferir dinheiro. Na verdade, o que acontecia na Argentina, como aconteceu no Brasil por outros mecanismos, é que os bancos estaduais, BANESPA [Banco do Estado de São Paulo], BANERJ [Banco do Estado do Rio de Janeiro] e outros, financiavam os governos e as suas loucuras, tanto que quebraram todos na primeira fase do Plano Real. Teve que fazer o PROER [Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional] e todos aqueles planos para acabar com os bancos estaduais e resolver a dívida dos estados e das grandes cidades.

No caso da Argentina, os governadores começaram a emitir dinheiro. E, como eles não tinham dinheiro vindo de Buenos Aires, eles emitiam bônus e davam esses bônus para os seus empregados, que iam ao comércio e descontavam. Os comerciantes, depois, iam pedir o dinheiro lá no governo local, que usava o *Banco de la Nación Argentina* ou outros esquemas

de financiamento para viabilizar o comércio na parte de uma moeda, de uma segunda moeda, porque a Argentina viveu isso na segunda fase do Menem. E isso acabou em 1999, quando o Brasil desvalorizou. A Argentina ficou em pânico, o Menem ameaçou dolarizar totalmente, o que tinha sido feito no El Salvador em 1986; o Panamá vivia praticamente com o dólar, apesar de ter sua moeda nacional; e foi feito em 2001 pelo Equador, na maior crise, na hiperinflação. O Equador dolarizou e nunca voltou, mesmo com o governo bolivariano do Rafael Correa, nunca voltou atrás, porque sabia que seria voltar à hiperinflação.

O dólar praticamente é a moeda de referência em Cuba, na Venezuela, na Argentina… Você usa o dólar no táxi do aeroporto para a cidade, pode usar para pagar restaurante, fazer compras, é a segunda moeda, e pode até fazer contratos de aluguel em dólar, o que no Brasil nunca foi possível. Apesar de que o dólar fosse usado na fase de alta valorização, de alta inflação, não era legalmente admitido. Você botava na moeda local, corrigida por um instrumento INPC [Índice Nacional de Preços ao Consumidor], OTN [Obrigação do Tesouro Nacional], qualquer uma. Na verdade, era o dólar, que muitas vezes valia no dentista, no advogado: "olha, vai lhe custar mil dólares, então pague em três vezes, e na data a gente vê qual é o câmbio e você me dá em cruzeiro-real ou em real o dinheiro, certo?". Depois acabou. Houve uma desindexação relativamente bem sentida no Brasil. Na Argentina, isso nunca foi feito. Então, crises no Brasil e na Argentina dificultaram o processo, e o desafio da ALCA foi importante.

JF – ***Quais foram os principais obstáculos e fatores decisivos enfrentados pelo Brasil durante o governo Cardoso para a manutenção do Mercosul como ferramenta central da estratégia de integração regional?***

PRA – Sim, a pergunta está correta. Por quê: os desafios surgiram e como foram superados? Em primeiro lugar, os desafios internos. Como eu falei, os requerimentos da integração eram muito mais altos do que imaginavam os arquitetos diplomáticos, idealistas, [que estavam] botando no papel integração, coordenação, harmonização, e os tecnocratas econômicos, que olhavam aqui e diziam: "Bom, vai ser preciso mudar a nossa legislação tributária, o INPI [Instituto Nacional da Propriedade Industrial] vai ter que mudar, o Inmetro [Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia] vai ter que admitir produtos paraguaios, uruguaios, argentinos sem as qualificações técnicas que o Inmetro exige dos produtos brasileiros, a Anvisa [Agência Nacional de Vigilância Sanitária] também, todos os requerimentos fitossanitários, da

agricultura, da saúde, vão precisar se adaptar a tudo isso, porque esses países têm outros padrões e não sei o quê."

A gente sabe que as dificuldades são essas. Itaipu teve que ser dividida, porque era binacional, mas você sabe que Paraguai e Argentina estão em 50 Hz, 110 volts, a gente tem 60 Hz, 220 volts, mas também tem 110 aqui no Brasil. Você tinha que adaptar, e o Brasil tentou algumas vezes mudar a legislação paraguaia, por exemplo, para a televisão. Os padrões de televisão brasileiros eram exclusivos para a indústria nacional, diferente de televisores importados dos Estados Unidos ou da Europa. Já quando você traz um aparelho, lá você tem que botar um alternador de voltagem de 110 para 220 em alguns lugares, ou alguns nem funcionam. Isso depende se tem 50 ou 60 Hz, dependendo do equipamento.

Então, são todas dificuldades que você tem no plano prático de legislações nacionais, especialmente concebidas para o protecionismo, para a industrialização substitutiva dos anos 1950, 1960, 1970. Tem toda essa herança, que era [uma dificuldade] natural. Então, além de você ter uma barra muito alta para a integração, o cronograma de Las Leñas, que não foi cumprido, você tem essas dificuldades de fazer com que as legislações nacionais convergissem em todos os setores: técnicos, médicos, sanitários, metrológicos, e, sobretudo, de políticas macroeconômicas (cambial, monetária e fiscal) e setoriais (industrial, agrícola, etc.). Esses foram os grandes obstáculos e desafios do ponto de vista da integração. Depois você tem que colocar, e isso já está na sua terceira pergunta, que é...

JF – ***Qual foi o impacto no Mercosul das negociações da ALCA? Havia preocupação dos países membros, especialmente da chancelaria brasileira, de que o bloco fosse absorvido nesse processo de integração mais amplo?***

PRA – Sim, porque assim como em 1889, os Estados Unidos queriam fazer uma união aduaneira baseada na prata de toda as Américas, até a Patagônia. Isso não foi feito, evidentemente, mas eles queriam fazer, porque seria o grande espaço americano em todo o hemisfério. Eles não conseguiram fazer, mas algumas coisas eles conseguiram: acordos bilaterais e tal.

Já a iniciativa para as Américas do Bush-Pai foi um atrativo, e vários países tentaram aderir; a Argentina afoitamente, alegremente. O Brasil teve que conter a Argentina, porque, quando aquilo foi feito, a gente estava justamente no governo Collor e Menem e transformando o Mercosul numa coisa mais europeia, mais automatizada do que uma coisa mercantilista, como era na fase do Sarney, com o nosso Samuel Pinheiro Guimarães negociando a integração

flexível, gradual, equilibrada. Porque Collor e Menem eram de livre comércio: “vamos abrir e pronto, depois o pessoal se adapta... parar com esses acordos, os protocolos setoriais."

Então, você teve a Iniciativa para as Américas, que já foi um desafio, e, logo em seguida, a ALCA, que foi proposta em 1994. A Argentina, nessa época, queria aderir imediatamente à ALCA, fazer já um acordo de livre comércio com os Estados Unidos. O Chile também queria, os outros países queriam, enfim, e o Brasil viu que aquilo seria o fim do Mercosul. E a Charlene Barshefsky, que era a USTR [*United States Trade Representative*] da época, achava que realmente essa coisa de Mercosul deveria ser diluída na ALCA, num acordo maior, mais amplo. Que inclusive a ALCA não era apenas um acordo de livre comércio, mas, sim, um super tratado de livre comércio. [Isso] vale para várias outras coisas, não só comércio de bens, mas serviços, investimentos, propriedade intelectual… Tudo que eles estavam fazendo no NAFTA, mas um NAFTA moldado pelos interesses americanos, pelo modelo americano.

E aí o Fernando Henrique, o Lampreia, sobretudo, nossa burocracia falou, “alto lá, não podemos esquecer que o Mercosul é, pelo menos teoricamente, algo mais alto, mais elevado, mais ambicioso do que a ALCA, o Mercosul não é um acordo de livre comércio, o Mercosul é um acordo de mercado comum, de união aduaneira, a gente não pode — agora que a gente fez, em 1994, isso foi implementado, a TEC —, abandonar a TEC por uma tarifa zero, ainda que cadente, ainda que declinante ao longo do tempo, segundo as exigências americanas”. Então isso foi feito na reunião ministerial de Belo Horizonte, se não me engano, em 1998, quando o Lampreia colocou isso bem claramente: “olha, o Mercosul não vai deixar de existir, o Mercosul é um projeto de mercado comum que vai continuar existindo, independentemente desse acordo de livre comércio no plano hemisférico que a gente está negociando”.

Isso foi um ano antes do início das negociações efetivas, porque, de 1995 a 1999, você só mapeou as legislações de cada país, o que cada um tinha e o que poderia ser feito, então em 1999 começaram as negociações, que deveriam ir até 2004, e em 2004 tem uma grande conferência, em 2005 inaugura a ALCA — esse era o cronograma de Miami. Mas o Brasil começou a dizer, “alto lá, vamos lá”. Isso foi feito pelo próprio Fernando Henrique Cardoso, já em 2001, se não me engano, na Cúpula das Américas de Quebec ou de Montreal, precisa ver aí, ele fez um discurso que dizia o seguinte, “tudo bem, a gente aceita a ALCA, desde que haja uma real liberalização para os produtos de nosso interesse, a agricultura”. E a gente sabe que os americanos nem no NAFTA fizeram liberalização total para a agricultura, inclusive, porque eles subsidiam açúcar, subsidiavam milho; toda a agricultura americana é subsidiada. É o Congresso que determina a política agrícola americana, e a política agrícola americana é

protecionismo de um lado e subsídios do outro, então tomates mexicanos, milho mexicano, devia se ajustar às condições e aos requerimentos americanos etc.

JF – A visão de Fernando Henrique e de Lampreia, naquele momento, era do Mercosul como prioridade, mas também não queriam abrir mão do processo de integração hemisférica.

PRA – Claro, porque você veja, você pega o vice-presidente do Lula, o José Alencar, presidente da Cotemina. É uma indústria têxtil que, claro, cresceu, se tornou uma gigante brasileira no protecionismo alfandegário brasileiro, e explorando o Acordo Multifibras que existia desde os anos 1960. O Acordo Multifibras era um desses acordos setoriais no âmbito do GATT, junto com o aço, havia um acordo sobre têxteis; o Acordo Multifibras era um acordo para tecidos e *apparel*, roupas, vestimentas. Então, aquilo era uma administração de cotas, mercantilismo; durante vinte e tantos anos, dos anos 1960 até os anos 1990, 30 anos praticamente, você teve cotas administradas em têxteis, vestimentas, em siderúrgico, aço, e até automóveis etc. Isso porque os japoneses começaram a crescer; o Reagan desde os anos 1980 introduziu restrições à entrada de automóveis japoneses, taxação, como agora o Biden está fazendo com automóveis elétricos chineses. Quando a coisa aperta você bota uma tarifa de 30%, 40%, 50%, 100%, como foi agora, sobre automóveis elétricos, que na verdade é um aspecto mínimo do comércio global. Você vai pensar: o que é o mercado americano para automóvel chinês? É talvez 2% de toda oferta de automóveis nos Estados Unidos, mas incomoda Detroit. Como os japoneses incomodavam Detroit nos anos 1980, depois dos dois choques do petróleo, com os automóveis mais compactos, menos bebedores de gasolina do que os americanos etc.

Então é isso. Você teve essas ameaças no calendário da ALCA. E aí o próprio José Alencar, voltando a ele, quando começou o Lula, perguntaram para ele se ele queria a ALCA. Ele falou "quero para ontem, quero agora, imediatamente", por quê? Porque ele teria um imenso mercado americano para os seus produtos têxteis, que eram competitivos no Brasil, e como era uma grande máquina, escala de produção, poderiam vencer a competição americana, porque claro, a indústria têxtil americana é baseada em salários de 1.500 dólares por mês para cada operário, enquanto aqui ele pagava no máximo 100 dólares para cada operário, digamos assim, então muito mais competitivo. Ele falava que queria, sim, a ALCA imediatamente; o Lula, não, o Lula dizia que era um processo de anexação e não de integração.

Então você veja como não tem um perfil único nos países. Você tinha uma indústria siderúrgica que foi privatizada, desde a CSN [Companhia Siderúrgica Nacional], ainda no Itamar, 1993 ou 1994, que toda a esquerda, o PT, eram contra, mas foi privatizada. A CSN foi

privatizada por Allan Steinbruch – eu achava que seria o fim da indústria siderúrgica brasileira –, e realmente houve alguma concentração. Você tinha aquelas *holdings* da Cider Brás etc., tudo isso acabou, e elas viraram privatizadas, ainda assim com efeitos permanentes de subsídios estatais anteriores. Aqueles grandes empréstimos dados pelo BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social] nos anos 1980 para modernização, para compra de equipamento, ficaram como *lasting effects*, como efeitos residuais na fase de privatização e de abertura de mercado. Então elas se tornaram competitivas e mais fortes: você teve uma redução de emprego, mas uma manutenção e até ampliação da competitividade externa, justamente devido à modernização, à privatização etc.

Isso aconteceu em várias áreas da indústria brasileira, com as privatizações da era Itamar e Fernando Henrique Cardoso. As telecomunicações, que o PT era contra, porque o próprio Sarney falava, "as comunicações são estratégicas no Brasil, não pode privatizar e tal" — porque estratégica é educação e arroz e feijão no prato, é isso que é estratégico; o resto? O Estado não precisa ter indústria siderúrgica, estaleiros navais e produzir minério, ou ter indústrias próprias. Mas, enfim, era concepção mercantilista, protecionista, industrializante dos nossos países. Então você teve esse perigo da ALCA pelo lado da competitividade americana, em serviços financeiros, em seguros, tudo certo. E em indústria, algumas indústrias poderiam ser competitivas, muitas indústrias americanas viriam para o Brasil e para a Argentina, para explorar um mercado finalmente de 100 milhões de habitantes, que não precisava transportar de longe, mas, sim, fazer localmente a um custo mais barato, inclusive exportar para o resto das Américas e para o resto do mundo, mas a gente achou que, não, que devia preservar as nossas indústrias, e assim ficamos fora.

Então você vê que esse desafio da ALCA era bem absorvido por alguns setores competitivos no Brasil, como o têxtil do José Alencar, e mal recebido pelos industriais da Fiesp, da CNI, que iriam talvez ser absorvidos por gigantes americanos, e a gente achava que não podia. Se você juntar, não Fiesp e CNI, que são super-federações, mas as associações industriais, você tem uma gangue de protecionistas enrustidos: Anfavea [Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores], é toda estrangeira, mas é a indústria automobilística no Brasil e na Argentina; Abiquim [Associação Brasileira da Indústria Química], indústria química; Abimaq [Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos], máquinas e equipamentos, também altamente protegido; Abinee [Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica], indústria eletroeletrônica, altamente protegido, brinquedos, se tiver que aumentar a tarifa contra brinquedos chineses… Abimaq, Abiquim, Anfavea, Abinee e também

os próprios bancos e as grandes construtoras, todas elas protegidas, constitucionalmente ou não, da concorrência estrangeira.

O Brasil nunca foi um país aberto ao investimento estrangeiro, a não ser que eles tivessem instalados aqui. Mesmo no GATS [Acordo sobre o Comércio de Serviços], a gente exige que estejam aqui no Brasil, para oferecer serviços aqui: indústria de saúde, seguros, transportes… Não adianta fornecer a partir dos Estados Unidos e da Europa, tem que estar aqui no Brasil. Então é isso, esses são os desafios, e a ALCA prometia esse desafio; e o Lula erradamente foi contra a ALCA, mas achava que o acordo com a União Europeia seria melhor para o Brasil, porque eles eram mais "bonzinhos". Isso é uma bobagem, né? Os europeus se interessaram justamente porque havia a ALCA, depois, quando a ALCA acabou em 2005, eles ficaram parados, demorou 20 anos.

JF – Tanto que até hoje não saiu o acordo, de fato, né?

PRA – Os fatores são sempre esses: protecionismo setorial, mudança. Você vai ter que mudar, algumas indústrias vão sobreviver, outras, não; outras vão ser adquiridas externamente, mas você muda o padrão. Mas isso muda todo um espectro. O que vale na verdade são essas agregações setoriais na agricultura e na indústria, associações — Abiquim, Abimaq, Anfavea, Abinee —, tudo isso é o que dificultou a ALCA e dificultou o acordo Mercosul-União Europeia. Você tem que botar 10 anos para *phasing out*, para a liberação completa, e em 10 anos os chineses já conquistaram metade do mundo com produtos mais baratos.

JF – O senhor mencionou a questão da política agrícola como impasse na ALCA e isso se repete em relação ao acordo Mercosul-União Europeia, né? Há também um forte protecionismo agrícola europeu.

PRA – Exato. Isso é normal. Veja, o perfil demográfico econômico da agricultura americana é um perfil capitalista, com muita pouca mão de obra e muito capital. Na Europa, é um perfil mais familiar, empregando milhares de famílias, porque é história, vem da Idade Média: camponeses que ganharam terras e, claro, que se capitalizaram muito. Mas você não pode esperar que os europeus resistam a uma avalanche de soja, milho, lã, vindo do Brasil e da Argentina, carne…, porque a nossa competitividade é muito grande nessas áreas por dotações naturais e por capitalização também. Eles têm uma estrutura que é administrada pelo governo, em que os agricultores europeus são funcionários da Comunidade Europeia. Metade do

orçamento comunitário é para sustentação agrícola, metade dos 130, 140 bilhões de euros são só para o mercado comum agrícola, para a Política Agrícola Comum, que é isso. É feito de subsídios internos — antigamente havia o subsídio da exportação também, que conseguiu se negociar no âmbito da Rodada Uruguai e da Rodada Doha, desmantelar uma parte dos subsídios europeus à exportação. Mas tem várias outras maneiras de subsidiar rotação de terras, várias. Dizer que você está protegendo o ambiente, aí você dá um subsídio e tudo mais. As caixas verdes, caixas amarelas, então é isso.

JF – A quarta questão, acredito que o senhor já respondeu parcialmente através das outras três. Ela trata sobre a política doméstica e relações internacionais estarem frequentemente vinculadas, de forma que comportamentos nas negociações internacionais tendem a refletir simultaneamente imperativos do jogo político interno e externo. Assim, como as questões da política nacional, tais como a agenda de estabilização econômica, os lobbies empresariais e sindicais, influenciaram a estratégia diplomática do Brasil em relação à Argentina e ao Mercosul?

PRA – Exatamente, porque aí a questão chave é a seguinte, nessa questão quatro: são resistências setoriais. Foram relevantes no plano interno, e o ambiente externo também foi relevante, porque a gente não pode esquecer que nos anos 1990 você teve a crise do México em 1994, que exigiu apoio do FMI, do Banco Mundial, de vários países, dos Estados Unidos sobretudo, e depois as crises financeiras – 1997 na Ásia, 1998 na Rússia, 1999 no Brasil. Então, aquilo foram crises enormes que redundaram em quedas de governos na Ásia, na Indonésia, nas Filipinas acabaram as ditaduras, na própria Coreia do Sul você teve um impacto muito grande. Então as crises financeiras de 1997 a 1999 foram muito impactantes para nós. Aí você teve que mudar um pouco a política econômica, muitas vezes para restrições ao comércio, para salvar indústrias, agricultura etc., e outras vezes exigências de mudança da legislação, até constitucional.

Mas o Brasil, por exemplo, nunca fez uma abertura real no setor financeiro, até hoje a coisa é feita *ad hoc*. Se tem algum grande banco querendo entrar no Brasil, você não diz, "pode vir, pode se instalar", não, "tem esse banco estadual que está quebrado, você não quer comprar? Porque aí já tem 500 agências e você já se instala". Foi o que fizeram o Santander, HSBC, que entrou no Brasil e como você sabe depois saiu; o HSBC saiu do Brasil, a gente pergunta, por quê? Porque você tem aquela ida à Brasília dos grandes capitalistas e dos grandes banqueiros, eles vão tratar dos seus interesses — dívida pública, BNDES, isso e aquilo — o governo vai

dando, porque é do interesse manter; tem o sindicato dos bancários, tem o sindicato dos metalúrgicos…

Todas as medidas automotivas que a gente fez no Brasil, desde o Serra, eram anti GATT. Depois do Serra você teve a Dilma, que fez, em 2011, medida automotiva, que atrapalhou muito; e hoje mesmo essa tal de mover ou fazer carro sustentável ecologicamente. Tudo é subsídio, você está fazendo a mesma coisa que você fez sob outras formas, e os europeus também fazem isso, os americanos fazem isso. Os americanos decidiram restabelecer a indústria de *chips* que eles já praticamente não tinham mais, estava um pouco no Texas, um pouco na Califórnia, até a Motorola, mas muita coisa em Taiwan e na Coreia do Sul. Agora, pelo desafio chinês, eles estão fazendo a coisa, e internamente, também: "acabar com o carvão tudo bem, mas o carvão ainda é importante, então, vamos subsidiar os renováveis, eólica e tudo mais; painéis solares." Mas os chineses acabam destruindo tudo, porque eles têm uma competitividade nisso. Olha que os chineses são os caras mais poluentes, com os indianos, no mundo, em carvão — carvão de má qualidade, inclusive —, mas são os mais competitivos em sustentáveis (solar, sobretudo), então os americanos estão correndo atrás agora. É isso que acontece, então. O impacto do ambiente externo, tanto pela competição industrial, comercial, quanto pelas questões de balanço de pagamentos, questão financeira, dívida, juros no mercado internacional, são relevantes.

JF – Perfeito. Qual foi a interação do Itamaraty com o Ministério da Fazenda, MDIC, a Confederação Nacional da Indústria e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo frente a crise do Mercosul?

PRA – Bom, você teve no comando do processo o Itamaraty pela SENALCA, Secretaria Nacional da Alca. Eu me lembro de muitas reuniões feitas nos anos 1990 da SENALCA, que você tinha um funcionário da Fiesp, outro da Senac [Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial], do Sesi [Serviço Social da Indústria], da Confederação Nacional da Agricultura, vinha gente dos Ministérios Setoriais, vinha gente dos outros institutos brasileiros de propriedade intelectual, de metrologia e disso daquilo. Você botava tudo, "olha, isso está em discussão na Alca, está em discussão para o acordo do Mercosul-União Europeia, está em discussão, o Brasil pode se abrir?". Aí alguém falava, "não, a Constituição tem isso, compras governamentais, ou precisa estar instalado no Brasil para participar de concorrências públicas para a saúde, educação, tem que mudar a Constituição"; "ah, então não dá para aceitar, mas dá para fazer alguns ajustes aqui e tal, mas aí precisa mudar também a legislação

infraconstitucional". Era isso. As reuniões eram feitas sob a coordenação do Itamaraty com os ministérios econômicos e técnicos e os representantes da sociedade civil: de um lado, os protecionistas industriais e agrícolas; do outro lado, os trabalhadores só querendo proteger empregos e salários e vantagens, direitos trabalhistas etc.

Era uma pressão terrível, porque você imagina que as exigências da CUT [Central Única dos Trabalhadores] e do PT eram diferentes da Fiesp e da CNI e das federações, das associações empresariais. "Não, porque o alho ou o tabaco emprega não sei quantas mil famílias no meu estado, não podemos permitir o livre comércio imediato. Precisamos de tempo, porque você tem não sei quantas mil famílias no Rio Grande do Sul que produzem tabaco ou algodão, ou qualquer outra coisa, arroz", enfim. Você tinha sempre um "senão", "senão, vai destruir empregos na minha indústria ou na minha produção agrícola". Então a gente tem que negociar um *phasing out* de dez anos com os europeus, com os americanos e tal. Mas, você veja que isso não é uniforme para o setor, algumas indústrias e algumas produções agrícolas são muito avançadas no plano da capitalização, da modernização. São competitivas internacionalmente. Então elas falam, "não, para mim pode abrir, pode abrir que eu estou pronto para enfrentar os americanos e europeus".

Claro, porque você tinha, na época, energia barata – que depois ficou cara, mas mais por causa dos impostos – tinha mão de obra relativamente barata e o salário-mínimo. Me lembro de um projeto do senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul, que é ruim na matemática, mas "defende sempre os trabalhadores". Na época do Fernando Henrique, o salário-mínimo era equivalente a 50 dólares, e ele queria fazer uma lei que garantisse pelo menos 100 dólares de salário-mínimo, assim mesmo. E você sabe que, durante o governo Lula, com a valorização do real em certo momento, o salário-mínimo já estava lá pelos 400 dólares. Quer dizer, são certas coisas debatidas no Congresso, ou entre as associações, que são absurdamente irrealistas. Eles veem o micro, falam: "Não, eu posso ou eu não posso. O salário tem que ser de 100 dólares." Mas foi para 400 porque o Lula teve aquela política — como ainda tem — de valorização do salário-mínimo.

Além de ser um absurdo, o salário-mínimo é um absurdo econômico, claro, "mas é um negócio humano, é nacional". Bom, um salário-mínimo em São Paulo é salário de miséria. Em São Paulo o salário-mínimo é que pelo menos começa em dois salários-mínimos ou três, enquanto um salário-mínimo em Tabatinga, lá no fundo da Amazônia é amplamente suficiente, até mais do que eles precisam para se alimentar durante um mês. Então o salário-mínimo nacional já é um absurdo, agora querer achar que o salário-mínimo tem que ser de 100 dólares,

como queria o Paulo Paim, é um absurdo completo, porque desconhece a realidade microeconômica das empresas.

JF – Como se fossem coisas que se ajustassem automaticamente aos desejos e à burocracia estatal…

PRA – E você vê como tudo é um absurdo, você está debatendo essa desoneração da folha de pagamentos, que realmente é um absurdo, a folha de pagamentos, e todos os penduricalhos da legislação, representam 100%. Além do salário do empregado, você tem mais outro tanto para cumprir os impostos, as exigências trabalhistas, laborais, previdenciárias etc. Então o que a Dilma fez foi uma desoneração parcial do setor supostamente que emprega mais mão de obra, mas isso é totalmente irracional, porque a lógica do capitalismo é a capitalização.

Você substituir 100 operários por uma máquina que faz o trabalho 24 horas por dia, uma máquina que substitui 100 operários na indústria têxtil ou em qualquer indústria. É você falar, "bom, vai então sair dos 20% sobre a folha de pagamento para 1,5% ou 2,5% do faturamento global". Para as indústrias que empregam muito a mão de obra, além da fraude, você tem esse problema: "bom, enquanto eu tiver então essa redução, sair da folha de pagamento para o faturamento, eu quero; então me mantenha os meus empregados lá". Ou seja, o cara não se moderniza, não se capitaliza, não troca 100 operários por uma máquina eficiente, porque ele tem aquela vantagem legal. Tudo é irracional, tudo é absolutamente irracional, como é o debate atual da desoneração ou reoneração. Se você fizesse geral, tudo bem, todo mundo tem as mesmas condições, "olha, agora acabou de recolher 20% sobre o salário, é só 2% sobre o faturamento da empresa", mas aí você precisa ver quem é que está mais capitalizado.

Ou como é que você vai financiar a previdência? Porque os 20% são para a previdência, porque é um regime de repartição no Brasil, e não um regime de capitalização. Como é que você vai financiar a previdência de todo esse povo aí mais adiante, daqui a 20 ou 30 anos? Então você tem que ter imposto em algum momento, se não é a folha salarial tem que ser sobre o consumo, sobre o serviço, sobre as transações financeiras; é isso. A realidade se encarrega de podar os desejos dos idealistas, sejam eles diplomatas, sejam eles economistas governamentais ou da Unicamp; a realidade é muito cruel. Agora, a realidade vai mudando. Você não tinha a China 20, 25 anos atrás destruindo competitividade europeia e americana no mundo e hoje já tem. E a China já é o principal parceiro do Brasil, da Argentina, de 120 países ao redor do mundo.

JF – De metade do mundo, praticamente.

PRA – Então, as coisas vão mudando, e você está tudo fazendo no improviso no Brasil, tudo no improviso. "Ah, você tem um problema, então bota uma taxa-extra sobre a conta de eletricidade", que é o que aconteceu. Você pega a sua conta de eletricidade, menos de 30% é a eletricidade, 1/4 é distribuição, o resto é imposto, 50% praticamente é imposto. Inclusive, financiamento de eletricidade no norte e nordeste, porque tem que ser usina térmica, não sei o quê, é isso. O Brasil é o país dos improvisos e dos puxadinhos e vai continuar assim. Infelizmente vai continuar assim, então esse é o problema.

JF – O senhor concorda que, no âmbito do Mercosul, a equipe econômica, essencialmente no governo Cardoso, tinha objetivos mais imediatos — como a estabilização econômica — enquanto o Itamaraty estava pensando no Mercosul e na agenda de integração um pouco mais no longo prazo?

PRA – Sim, isso é natural. Não importa a ideologia do cara que está sentado no Ministério da Fazenda – de esquerda, de direita, centrista, liberal, protecionista. O problema é o seguinte: ele tem lá as contas, as receitas, as despesas, o orçamento, balanço comercial, balanço de transações correntes, balanço de capitais. O cara tem que resolver problemas concretos na Fazenda, ele não pode partir de conceitos, "vamos fazer integração, vamos harmonizar". O cara tem um problema imediato, que é fazer o orçamento do ano seguinte – saber quanto que vai ter que dar para os ministérios, para a saúde, para a educação. Então, esse consenso entre tecnocratas da economia e idealistas da diplomacia nunca existiu.

É estranho dizer isso, mas no governo Fernando Henrique Cardoso houve sim um diálogo frequente entre a área econômica e a área diplomática – entre o Malan, o Lampreia e o Celso Lafer. Isso foi muito para enfrentar os problemas internos, as negociações externas da ALCA e da União Europeia – problemas de balanço de pagamento da crise financeira em 1999, 2000, acordos com o FMI. Esse diálogo foi muito fluído e muito convergente. O Malan era um *gentleman*, o Celso Lafer também, o Lampreia; todo mundo se reunia, todo mundo discutia. Eu me lembro de ir lá no gabinete para discutir, seja problemas do Mercosul, seja problemas da dívida externa do Brasil, acordos com o Fundo. Isso se fez porque era um ambiente de cavalheiros e menos partidarizado, como foi a partir do Lula, ou como foi no Sarney anteriormente, talvez, enfim. Sob o comando do Fernando Henrique, as coisas eram racionais.

Ele recebia os ministros, fazia reuniões de coordenação, discutia, mas de vez em quando tinha um problema.

Você teve que botar para fora o Gustavo Franco. O Gustavo Franco era um cara que era contra a desvalorização, que já se impôs em 1998, 1999. Ele era contra, acabou saindo do Banco Central, veio o Chico Lopes, fez aquela bagunça, depois entrou o Armínio para ajeitar as coisas, mas com uma desvalorização. Ou seja, a gente antes era rico para viajar para Paris e para Nova York todo ano, mas depois ficamos pobres a partir da desvalorização de 1999, 2000. Eu me lembro que eu ia para Miami para as negociações da ALCA, e aquilo estava regurgitando de brasileiros, inclusive aqueles restaurantes no quilo; "churrascaria brasileira". Depois da desvalorização acabou. Os argentinos também ficaram muito ruins depois da nossa desvalorização, mas a Argentina ficou barata depois que a gente se equiparou e eles desvalorizaram muito mais do que a gente.

JF – O senhor deu um gancho para a sexta questão, que seria as divergências internas do governo. Aí, eu questiono se havia consenso entre os chanceleres – embaixadores Lampreia e Celso Lafer – e FHC sobre o posicionamento do Brasil quanto ao Mercosul e à Argentina. Em quais aspectos avalia que houve rupturas e continuidades da gestão de Lampreia para a de Lafer?

PRA – Sim, havia sim. O problema é o seguinte: eu me lembro muito bem disso porque, quando o Cavallo voltou ao governo no Fernando de la Rúa, e o plano de conversibilidade dele já estava fazendo água, a primeira coisa que ele fez foi viajar a Brasília. Ele chegou, teve reunião lá no Itamaraty e falou: "Olha, nós vamos ter que fazer isso, isso e mais aquilo. Ou seja, o Mercosul está adiado, nós vamos ter que impor restrições e fazer isso, isso e mais aquilo." Bom, o Malan, o Celso Lafer, o Fernando Henrique, o que eles iam fazer? "Não, não, vocês têm que cumprir o que está no Tratado de Assunção, vocês têm que cumprir o que a gente acertou, vocês têm que atender às exigências do GATT, protocolo de salvaguardas, *antidumping*, etc." Não. Eles viram que a Argentina estava na merda e tiveram que aceitar.

Eu até cheguei, acho, a falar com o Lampreia, com o Celso Lafer já, né? Falei: "Olha, eu acho que a gente não pode aceitar, não. Malan, você tem que resistir ao Cavallo." Mas era dizer; se a gente resistir, eles vão dizer: "Tá bom, então adeus Mercosul, eu fico por aqui." E o Fernando Henrique fez atitudes ousadas, como eu disse: em vez de acabar com o Mercosul, a coordenação, fez o mini-Maastricht. Quando se criou o GT-14, ou não sei que número tinha, que era o de coordenação de políticas macroeconômicas, o que era o Maastricht, né? Ou seja,

em 1999, para evitar que o Menem dolarizasse — e aí acabaria o Mercosul também —, ele falou: "Tá bom, então vamos caminhar para a moeda única, mas vamos fazer como os europeus fizeram em 1992, 1993: tem aqui a agenda, dívida, déficit, câmbio, juros… Vamos fazer o nosso mini-Maastricht aqui."

E isso foi feito, no papel, teve reuniões, mas a situação argentina continuou a piorar, né? Tanto que o De la Rúa teve que sair: estavam queimando a administração, assaltando supermercados. Ele fugiu lá da Casa Rosada, e aí a Argentina teve o quê? Três presidentes no mês, até vir o Duhalde, que realmente deu o calote e abriu caminho para as eleições de 2002, 2003, quando o Kirchner ganhou. Você vê que não adiantava muito, a gente tinha um acordo interno para facilitar ao máximo para a Argentina, mas ela veio e impôs a sua agenda. Ela impôs a sua agenda argentina sobre nós, sobre o Mercosul.

JF – No aspecto de rupturas e continuidades entre o Lampreia e o Lafer, concorda que o Lampreia tinha uma visão muito mais de integração econômica em relação ao Mercosul, enquanto o Lafer tinha uma visão de integração econômica, mas também de uma extrapolação para uma cooperação política, e que essa visão do Lafer era mais alinhada ao Fernando Henrique?

PRA – Olha, o Fernando Henrique – eu me lembro bem, porque fui eu que fiz o discurso do Fernando Henrique como chanceler para o seu secretário-geral – que ele chamou o Lampreia, que ele já conhecia. Eu fiz o discurso do Fernando Henrique para acolher o Lampreia como secretário-geral, e todo o discurso era "América do Sul"; acabou aquela coisa "América Latina", aquela coisa de achar que todo mundo era igual, do México até a Patagônia; não, "América do Sul". Então o discurso foi "América do Sul", e foi aí que começou o Fernando Henrique em 1995: "América do Sul".

Só que o Lampreia, muito realista, sabia que era uma merda. A América do Sul não se entendia, os países, cada um fazia o que queria. Então, aquele discurso da América do Sul valia só para os diplomatas, porque na prática nada se fez. E o Lampreia atuou corretamente, ele falou, "olha, a gente não pode ter um objetivo teórico bonito, mas na prática não funcionou, esses acordos entre Mercosul e CAN não avançam", então nada se fez até 2000. Em 2000, quando eram as comemorações dos 500 anos, é que o Fernando Henrique resolveu convocar aquela reunião dos presidentes da América do Sul, e se fez a IIRSA. Ou seja, depois de sete anos, ou melhor, depois de cinco anos, desde 1994, ele é que fez a agenda sul-americana, porque de 1995 até 1999 a coisa na América do Sul não andou, e começou a degringolar também a

partir de 1999 com o Chávez, com a Bolívia também e com o Equador, viraram bolivarianos, mas, mesmo assim, em 2000, ele convocou aquela reunião.

Os nossos vizinhos do Mercosul, os da CAN, e Suriname e Guiana, todo mundo veio a Brasília. Em 29 e 30 de agosto e 1º de setembro, aprovaram a IIRSA, a Declaração sobre a Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana, que era absolutamente correta. O que você precisava, antes de fazer belos acordos no papel de integração, era tratar da integração prática, que eram projetos que já vinham sendo feitos desde a era Collor, na Secretaria de Assuntos Estratégicos. Aquele ex-presidente da Vale, que é o pai do capitalista... Meu Deus, como é que era? O velho que ficou na Vale durante 30 anos?[1]

Que eram os projetos de integração física, ferroviária, rodoviária, integração energética, corredores de exportação, ligação Atlântico-Pacífico... Tudo isso começou lá na era Collor. E o Fernando Henrique retomou isso. A SAI, que passou a existir no governo Fernando Henrique, com o Ronaldo Sardenberg, que era primeiro da SAI e depois foi ministro da Ciência e Tecnologia...

Então, os corredores de exportação eram absolutamente essenciais. Isso foi feito na IIRSA em 2000. O problema é o seguinte, é que o De La Rua, que veio à Brasília, em vez de fazer um discurso "América do Sul", falou em "América Latina" o tempo todo. Os argentinos não topavam a agenda brasileira, que seria a liderança brasileira, aceitar a liderança brasileira em conduzir a IIRSA, seria aceitar que o Brasil é mais importante, uma iniciativa tal. Simplesmente, o Fernando Henrique fez a reunião em Brasília, achando que os argentinos fariam uma nova reunião em 2001. Não, eles não se comprometeram e continuaram falando "América Latina", ou seja, sabotaram a reunião. Ainda assim se fez, mas em 2001 não houve nenhuma reunião, porque os argentinos não se movimentaram — já estavam na merda, já estavam em crise —, mas foi feita só em 2002 no Equador, que ainda não era o Rafael Correa.

Então a IIRSA começou a funcionar, mas em 2002 teve a eleição do Lula, e o Lula acabou com a IIRSA. Eles não gostavam da IIRSA, não porque fosse ruim, mas porque era do "tucanato", era do desmantelamento do Estado, era o neoliberalismo, era a adesão ao Império, não sei o quê. Eles sabotaram tudo, tudo o que o Fernando Henrique Cardoso fez, mas aproveitaram, claro: o tripé macroeconômico do Malan e do Armínio foi preservado. O Armínio se encontrava com o Palocci desde antes das eleições, o Palocci aderiu e fez tudo o que eles queriam, inclusive aumentou até o superávit primário. Você veja, no acordo do Brasil com o Fundo Monetário em 1998, 1999, você se comprometeu a fazer um superávit primário de 2,5%,

[1] Referência a Eliezer Batista da Silva, ex-presidente da mineradora Vale do Rio Doce, e a seu filho, Eike Batista.

se não me engano, do PIB, ou seja, das receitas, de 100% das receitas, 2,5% seriam para garantir o pagamento dos empréstimos da dívida externa. E o Palocci, a primeira coisa que fez foi aumentar o superávit: mesmo sem dizer na prática, ele passou de 2,5% para 3,25% e chegou a fazer 4% de superávit.

É claro que havia as exportações magníficas e *commodities* para a China, aquela inundação de dólares, né? O Brasil teve um oceano de dólares entrando nos anos 2000, então o Palocci fez tudo aquilo, fez muito mais do que o Fernando Henrique tinha prometido fazer, o Malan, o Armínio, porque tinha condições econômicas, né? E o Lula aproveitou isso, mas nunca reconheceu, sempre condenou a herança maldita, mas preservou o tripé, que foi importante para ele conduzir. Pelo menos nos primeiros quatro anos, Henrique Meirelles e Palocci levaram a coisa no neoliberalismo. Depois entrou Mantega, saiu Zé Dirceu, entrou a Dilma, e aí começou a degringolar. Já o segundo mandato do Lula foi a gastança, e com a Dilma foi pior.

JF – Afirmam que FHC deixou uma herança maldita na dívida pública, mas desconsideram a questão da incorporação da dívida dos bancos, né?

PRA – Exatamente, a coisa mais desonesta e mais calhorda que foi feita pelo PT é dizer isso, "olha, desmantelaram o Estado, fizeram o neoliberalismo". Não tinha nada de neoliberalismo, nada, o Brasil nunca teve nada de liberal. Claro que privatizou porque as empresas eram um buraco negro para o orçamento público, né? Todo ano tem que enfiar milhões de cruzeiros, de reais, na Vale, no Banco do Brasil, em todas as empresas, na Companhia Siderúrgica Nacional, em tudo. Então foi feito o que tinha que ser feito na área privada, privatizar os bancos estaduais e tudo. Bom, a dívida só saiu de 30% do PIB para 60% do PIB porque o governo federal incorporou tudo. Incorporou todas as dívidas estaduais e dos grandes municípios — São Paulo, por exemplo — e trocou por títulos a 30 anos. Mas aí fez aqueles programas, "olha, vocês vão ter que reservar 10% ou 12% da receita todo ano para honrar os juros da sua dívida", que era uma dívida de longo prazo.

Então é uma afirmação calhorda essa de que o Fernando Henrique dobrou a dívida pública; dobrou porque ele salvou o Brasil da catástrofe iminente. Os governos estaduais e os grandes municípios tinham uma dívida impagável, por razões, inclusive, criminosas, porque você vê o Maluf, o sucessor do Quércia, na verdade, o Paulo Maluf foi lá no município, o Quércia foi no estado de São Paulo. O governador que o sucedeu, que era o vice-governador,

meu Deus, esqueci o nome dele também, já morreu[2]. Ele ia à Paris, comprava metrô, trem francês e botava tudo na dívida, entendeu? E até que veio depois a Lei de Responsabilidade Fiscal que tolheu isso.

A Lei de Responsabilidade Fiscal foi uma grande coisa, mas ela só valia para municípios e estados, porque a Federação nunca se dobrou à responsabilidade fiscal e o Lula continuou gastando. Se você acompanhar as contas públicas durante toda a era Lula, as despesas públicas sobem continuamente, mais do que a inflação, mais do que a arrecadação, mais do que a produtividade, mais do que o crescimento. E houve, claro, um crescimento maior por causa da demanda chinesa e das condições que tinham sido feitas no ajuste de 1999, 2000, do tripé econômico, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas o Lula teve as suas políticas de valorização, disso e daquilo, fez até uma reforma previdenciária, que não tinha sido aprovada no Fernando Henrique, que perdeu por um voto. Fez, mas perdeu uma parte dos seus militantes; foi criado o PSOL nessa votação da reforma previdenciária. A Heloísa Helena, todos aqueles esquerdistas do PT saíram e foram para o PSOL, porque seria neoliberalismo; desmantelamento. Mas era uma exigência; quer dizer, a previdência era um buraco sem fundo como eram as estatais.

O Lula aproveitou muito bem tudo o que tinha sido feito pelo Fernando Henrique, inclusive na IIRSA, mas mudou o nome. Então não teve mais em IIRSA, começou com a CASA — mas já estamos falando de 2003 em diante —, CASA não deu certo, foi para o UNASUL e a CODESUL, a Comissão de Desenvolvimento, que era para fazer aqueles eixos de integração e tudo, mas nunca avançou porque os países são absolutamente divergentes nas suas regulações nacionais. E do Mercosul, o que era objetivo econômico e comercial, acabou. Você fez Mercosul político, literário, cultural, mas o Mercosul mesmo acabou.

JF – Sobressaiu-se um Mercosul voltado aos "estudos sociais", como o senhor mesmo colocou.

PRA – Exato. Você fez tudo; fez o parlamento do Mercosul, quando era uma comissão parlamentar apenas, deu alguns poderes, mas eleição direta – que o Brasil, aliás, nunca fez a eleição direta; os argentinos fizeram, e os uruguaios acho que mudaram a sua legislação – mas você não tinha parlamentares do Mercosul no Brasil, nunca teve. Você tinha parlamentares do Congresso Nacional, que iam para as reuniões do parlamento do Mercosul. E tudo despesa

[2] Luiz Antônio Fleury Filho.

inútil, porque não se pode comparar o parlamento do Mercosul com o Parlamento Europeu, que realmente tem poderes, é aprovar os comissários, é determinar o orçamento, prioridades etc.

JF – A maioria da população brasileira deve, inclusive, desconhecer a existência do Parlasul.

PRA – Totalmente, aquilo dava emprego e viagem para os parlamentares. Emprego, quer dizer, possibilidades de ter dinheiro, ir para Montevidéu, como se faz sempre nessas missões parlamentares para a Assembleia da ONU e para conferências diplomáticas e da União Parlamentar Mundial. O Brasil é um país, infelizmente, dominado por oligarquias predatórias, extorsivas, extrativas; isso vale tanto para as oligarquias econômicas e políticas, quanto para o mandarinato estatal. Você vê aí os procuradores e juízes aumentando o salário a todo momento, botando penduricalho. Nosso parlamento e a nossa justiça são uma das mais caras do mundo, absoluta e relativamente, em termos *per capita*, em termos proporcionais ao PIB, ao orçamento, tudo. Esse é o Brasil!

E a Argentina também não está muito longe disso, né? O Milei se revoltou contra isso. Ele é maluco, mas ele tem razão lá no diagnóstico: a Argentina não era um país viável, né? Você tinha dinheiro e subsídios para tudo. E no Brasil também, o Fernando Henrique deixou uma comunidade solidária atendendo a seis milhões de famílias pobres, realmente, definidas pelo IBGE. Para um projeto populista de botar votante para o PT, unificou-se os programas no Bolsa Família, e o Bolsa Família subiu de seis milhões para onze milhões, doze milhões, treze milhões. Inclusive, nas últimas eleições, ele prometia constitucionalizar o Bolsa Família, ou seja, fazer uma nação de assistidos. Um quarto, talvez até um terço da população, no cartão magnético – é um negócio assim terrível que acontece no Brasil.

JF – Em determinados estados, há mais pessoas registradas no Bolsa Família do que carteiras assinadas – trabalhadores formalizados no regime da CLT.

PRA – Em alguns momentos, o mercado informal de trabalho superou o mercado formal da CLT. Hoje, não; já houve uma legalização maior. Mas de toda forma, o Bolsa Família determinou muitas mudanças, inclusive para o bem. Como você fez muitas exigências, os capitalistas agrários, por exemplo, falaram, "bom, não dá mais para ter boia-fria com todos os direitos trabalhistas; boia-fria, eu pagava o ônibus a comida, eles vinham, colhiam cana e iam embora, acabou". Mas, com as exigências do governo Lula, é melhor você comprar uma

máquina, uma colheitadeira de um milhão e parar de ter boia-fria. E é isso, a agricultura se modernizou muito graças às políticas sociais do Lula.

Se houver uma crise fiscal brava no Brasil e acabar dinheiro, e acabar com a Bolsa Família, o pessoal sem assistência não vai ter mais onde trabalhar, acabou o boia-fria, ou se existe muito pouco. A agricultura hoje é altamente capitalizada, e você já está usando drones israelenses para escolher as frutas, os terrenos, a aspersão de produtos químicos, né? Você, hoje, comanda do computador o que você precisa fazer, desde a preparação da terra até a colheita, está tudo informatizado. E o agricultor já está na bolsa de Chicago um ano antes, para saber quanto é que vai valer o milho, o algodão, a soja, dali a um ano, entendeu? Em função disso, ele decide a plantação e vai naquilo. Tanto que eu, como viajo muito pelo Brasil de carro, de vez em quando eu vejo campos e campos de algodão; depois sumiu, aí vem o milho, depois vem a soja, entendeu? A coisa vai mudando, ou seja, muito dinâmico esse setor, muito dinâmico.

JF – Se adequando às necessidades de mercado.

PRA – Claro, então você teve isso... Na época do Lula, como eu disse, a soja foi a 600 dólares a tonelada. É um negócio extraordinário. O agricultor lá no fundo do Mato Grosso pode ter piscina na sua mansão, carrão, mandar o filho para Paris para estudarem, ou para os Estados Unidos, ou ele mesmo ir para os Estados Unidos e para a Europa, porque é um cara altamente capitalizado e preparado. Os "novos bandeirantes", o pessoal que saiu do Sul foi para o Cerrado, para Mato Grosso – hoje está na Bahia, está no Piauí, está no Maranhão – esse pessoal traz uma tecnologia que não é da agricultura de subsistência nordestina.

JF – Trazendo a discussão um pouco para o contexto regional, e não apenas centrado no contexto nacional brasileiro: havia, no final da década de 1990, um consenso entre todos os membros do Mercosul sobre a importância de manter a eficácia do Tratado de Assunção, evitando qualquer violação dos termos acordados ou a dissolução do bloco? Além disso, avalia que o Mercosul desempenhava funções distintas para cada um dos membro em suas estratégias de inserção internacional?

PRA – Sim, retoricamente, mas na prática, não. Porque o que mais fez o Mercosul, tanto no Fernando Henrique quanto no Lula, era a Reunião de Ministros a cada seis meses, de presidentes a cada seis meses, declarações grandiloquentes, todos eles. Eu não quero dizer que

eles não queriam manter a eficácia do Tratado de Assunção, porque isso não entrava nos cálculos políticos. Era manter o Mercosul, a ilusão de que você era o segundo bloco mais importante depois da União Europeia, a segunda união aduaneira mais importante, em termos de peso, claro.

Então, na retórica, sim, todo mundo queria manter o Mercosul — com exceção do Serra, que já em 2002 dizia que tinha que reverter o Mercosul a uma zona de livre comércio e não a um mercado comum —, todo mundo quer manter o Mercosul. Mas, quando se fala em eficácia, você tem que falar em medidas internas de mudança. Agora, o funcionário da Receita Federal, do Inmetro, da Anvisa, dos órgãos nacionais que estão lá tratando da segurança do mercado consumidor, das receitas, da arrecadação, esse cara não está nem pensando no Mercosul. Então, muitas das medidas internas na Argentina e no Brasil, sobretudo, são tomadas em função dos requerimentos internos.

A Argentina, na época do Fernando Henrique, introduziu uma "taxa de estatística", que era uma cobrança a mais sobre a tarifa, 1% ou 2%, não sei, supostamente para financiar as estatísticas. Mas claro que era protecionismo, para aumentar a proteção. Isso foi ainda na época do Fernando Henrique e do Gustavo Franco. O Gustavo Franco quis acabar com o CCR, Convênio de Créditos Recíprocos, que era um mecanismo de compensação que já existia desde os anos 1960; Acordo de Santo Domingo, 1965, numa reunião do BID. Você fez aquilo que o Prebisch queria; ele falava, "olha, a Europa, nos anos 1950, não tinha moedas conversíveis; os Estados Unidos financiaram o programa do BIS, do Banco de Basileia, para que os países fizessem um acordo de compensações". Ou seja, França exportando para Alemanha, e vice-versa, não precisava liquidar aquilo nas suas moedas ou em dólar, porque as moedas não eram conversíveis, não tem dólar, então você exporta, contabiliza, três meses adiante ou seis meses adiante, o Banco de Compensações faz a operação. Ou seja, você exporta 100, importa 120, você não vai mandar 100 de um lado e 120 do outro, não, você só transfere 20 ao cabo de três meses ou seis meses, entendeu? A penúria de dólares fazia isso. Isso que a Europa fez nos anos 1950, mas acabou no final dos anos 1950 — eles fizeram a conversibilidade das suas moedas, do Deutsche Mark, franco francês etc., dólares, o que fosse e acabou.

Mas ele queria fazer na América Latina isso. Foi uma briga dele com o Fundo Monetário, e conseguiu fazer. Então, o Convênio de Crédito Recíproco é isso: você exporta na ALALC, ou na ALADI, e você registra, contabiliza. Os bancos centrais pagam ao exportador ou ao importador o que for moeda nacional e contabilizam em dólar o que tem que fazer, então depois de um mês ou dois o Banco Central da Argentina e do Brasil se reúnem e dizem, "olha, o saldo do comércio é de 30 milhões de dólares", em lugar de 300 para um lado e 400 para o

outro, só 30 milhões, então fazem essa transferência. Mas o Gustavo Franco em 1997, 1998, ele falou tipo, "olha, não faz mais sentido, nós já temos bancos desenvolvidos, todos eles têm carta de crédito, é só pagar uma taxa que você faz o crédito em um mês, dois meses, três meses e tal, e ele cuida daquilo em dólar".

Não faz sentido um banco central financiar e garantir o comércio privado, porque, quando você vai trocar o câmbio mudou. Você tinha um cruzeiro a 1 por dólar um mês ou dois atrás e virou para 1.2, 1.3, ou o peso que também mudou, então um banco central ou outro vai absorver a perda, e o custo daquela mudança cambial. Não faz sentido um Banco Central financiar comércio exterior, não faz nenhum sentido, mas isso não pôde ser feito, continuou até que acabou agora. O CCR, o Brasil saiu já, não sei se no Temer ou no Bolsonaro. Mas ainda continua, e alguns têm saudades, mas é da época de inconversibilidade das moedas, de penúria de dólares e de achar que o Banco Central pode fazer tudo. Olha, o Banco Central no Brasil fez de tudo, até *leasing* de automóvel, financiamento, exportação…

Eu me lembro que na ditadura você tinha tudo: o Ministério da Fazenda e Banco Central financiavam qualquer coisa para exportar, então, não havia problema. Os industriais nossos que exportavam, inclusive para o socialismo, porque era um comércio estatal, você tinha plenas garantias do Banco Central e da Fazenda por diferentes programas. Mas não faz sentido você fazer com que órgãos públicos estatais financiem o comércio privado, entendeu? E, no entanto, isso se fazia, e de certa forma ainda continua fazendo em várias coisas.

JF – Acumulam uma série de funções que não são propriamente do Banco Central.

PRA – Pois é, essa é a nossa história. O Banco Central, você teve recomendado desde os anos 1920, a Argentina fez nos anos 1930 – aliás, o Prebisch foi o primeiro presidente do Banco Central da Argentina nos anos 1930 – mas o Brasil demorou porque você tinha a Sumoc [Superintendência da Moeda e do Crédito]. A Sumoc era uma superintendência, mas a contramovimento do Tesouro era feita pelo Banco do Brasil, que tinha sua carteira de câmbio e carteira de comércio exterior — Cacex [Carteira de Comércio Exterior] e Cexim [Carteira de Exportação e Importação] eram as carteiras administradas politicamente. Então, você usou aquilo para construir Brasília, usou aquilo para financiar a compra de equipamentos, aí vem muita corrupção junta. O cara diz que vai importar uma máquina e importa a sua Mercedes, a sua Rolls Royce. É isso que acontece nesses esquemas politizados.

JF – Quanto à oitava questão, o senhor já respondeu parcialmente ao longo da discussão, mas eu acho que cabe, talvez, sintetizarmos isso. Seria: quais eventos levaram o Mercosul a se afastar de seus objetivos originais de liberalização comercial, mesmo que dirigida, conforme o Tratado de Assunção, e passar a se orientar por um modelo de regionalismo com ênfase na cooperação política?

PRA – Olha, tudo isso aconteceu de forma obrigatória sob o Fernando Henrique e de maneira deliberada e política sob o Lula. Por quê? Como eu disse, as tentativas do Brasil de fazer acordos entre os conjuntos Mercosul-CAN não redundaram. O fato de o Mercosul se expandir para a América do Sul, formando um grande acordo de livre-comércio entre os dois grandes blocos, não se concretizou. Então, você foi para objetivos mais pragmáticos, acordos bilaterais "aladianos", com cada país que liberaliza, mas não é um acordo de livre-comércio, é uma liberalização alfandegária ou tarifária, escolhida, seletiva, muitas vezes beneficiando grupos estrangeiros, as grandes empresas nacionais que estão instaladas aqui e ali, na Argentina, no Brasil, no México etc., ou grandes empresas brasileiras, que também têm poder de pressão por suas associações, pela Federação etc.

Então, essa liberalização seletiva, "aladiana", em lugar de livre-comércio e união aduaneira, acabou no governo Fernando Henrique, porque não havia condições de negociar acordos amplos com os vizinhos. E você vê a bagunça que é na América do Sul, mesmo no Brasil, com as alterações de políticas do Fernando Henrique para o Lula, do Lula para a Dilma, que bagunçou tudo, e depois o Bolsonaro, que praticamente mandou fechar a UNASUL e criar o Prosul, com governos de direita, declaradamente de direita, com Piñera, do Chile; com o cara do Paraguai. Ficou essa bagunça, e não deu certo. Mas o Bolsonaro é uma coisa à parte, é uma anomalia total.

Mas no governo Lula entra a cooperação política, realmente. Então, Kirchner, Lula e Chávez, conjuntamente, implodiram a ALCA em 2005, na Conferência das Américas, que era o objetivo deles já. Pelo menos, o do Lula, desde sempre. O PT sempre teve essas obsessões: calote na dívida – dívida interna e dívida externa –, banqueiros, e acabar com o domínio do imperialismo americano etc. Quando eles entraram no poder, fizeram aquilo que queriam e inviabilizaram a ALCA. A ALCA não era nenhuma maravilha, mas, para mim, a ALCA nunca foi um acordo de acesso a mercados de produtos agrícolas brasileiros nos Estados Unidos, mas sim de atração de investimentos no Brasil. Para mim, a ALCA seria um acordo de investimentos, ou seja, investimentos americanos se deslocando para o Brasil. É isso o que significaria a ALCA!

Empresas americanas viriam para o Brasil, abasteceriam o mercado brasileiro, exportariam para a Argentina, para o Chile, para a Bolívia, e daí também para o resto do mundo, com mão de obra mais barata, com energia até mais barata, até aquela época. E o Brasil é um país relativamente capitalista, estável, com instituições, não é a bagunça de ditadores e populistas demagógicos, mas isso não se concretizou. Então, o fato é que você tem uma tecnocracia no governo Fernando Henrique Cardoso, que tenta implementar objetivos grandiosos na diplomacia, na economia, mas que se chocam com problemas internos dos países, na Argentina sobretudo, na Bolívia, mas aí é um capítulo menor. A Venezuela, mais adiante, na época do Chávez, vai bagunçar todo e qualquer projeto de integração, tanto que a união aduaneira Colômbia-Venezuela, que existia em 1998, acabou com o Chávez, em 1999. E depois ele pediu assistência do Brasil para a estabilização, porque a inflação começou a disparar.

Fernando Henrique mandou a gente lá para ajudar. O Lula continuou fazendo isso; teve gente do IPEA [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada], do Banco Central, de outras instituições que foram sempre a Caracas ajudar. Mas aquilo era impossível, porque os chavistas eram absolutamente incultos, ignorantes, rústicos, absolutamente malucos. Tanto que não havia mais orçamento na Venezuela, não havia mais contas abertas da PDVSA [Petróleos de Venezuela S. A.], que era a principal financiadora do governo do país. Aquilo virou um feudo do Chávez.

JF – ***Eu me lembro, acho que foi nas memórias do Lampreia, que ele menciona que o Hugo Chávez chamou o embaixador brasileiro para falar do interesse de ingresso da Venezuela no Mercosul Social. A resposta foi que não existia um Mercosul Social, que não era uma instituição, um grupo formal dentro do Mercosul; era, na verdade, uma forma informal, uma forma de concertação, de cooperação, que existia e existe ali no Mercosul.***

PRA – Exato. Bom, você teve um começo turbulento: tentativa de golpe em 2002 contra o Chávez; greve da PDVSA; o Lula pede para o Fernando Henrique mandar um navio com gasolina e diesel para a Venezuela para furar a greve da PDVSA, antes das eleições. Você tinha uma bagunça muito grande. Depois, nos anos 2000 (mas já eram os anos 2000 quando o Chávez queria entrar no Mercosul, pedia, pedia, pedia), em 2006, ele pede oficialmente, e aí começa um processo de negociação para o ingresso. Mas a cada reunião que se fazia com os venezuelanos, não acontecia nada. O Mercosul falava: "Olha, você tem que fazer isso, isso e mais aquilo". "Ah, *tá bien, tá bien*, vamos retornar à capital e vamos falar com nossos

companheiros". E retornavam à capital e não acontecia absolutamente nada, em Caracas não se resolvia nada.

E mesmo depois de 2012, aconteceu a mesma coisa. Depois que a Venezuela entrou oficialmente no Mercosul — ilegalmente, eu diria, na Cúpula do Mercosul de Mendoza, quando a Kirchner e a Dilma fizeram a Venezuela entrar na suspensão do Paraguai, também ilegal. Nas reuniões que foram feitas em seguida, eles tinham quatro anos para adaptar e adotar a TEC e nunca fizeram. As reuniões eram absolutamente inconsequentes. Aí, o Chávez morreu em 2013, entrou o Maduro, mas nada, nada, nada se fez. Tanto que chegou em 2016, 2017, com o Temer, não tinha mais jeito, a Venezuela não estava dentro do Mercosul, era um caos total. O comércio exterior já era dominado pelos militares, que tinham seus feudos, e a corrupção rampante e tudo. Então foi um processo muito conturbado.

Agora, no plano interno, realmente, o Fernando Henrique tentou administrar da melhor forma possível o Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, os protocolos setoriais, o Acordo Automotivo, o Acordo do Trigo, a compra de petróleo argentino pelo Brasil, e depois o acordo com a Bolívia sobre o gás — que os militares não queriam desde a época militar, mas acabou se fazendo. O Fernando Henrique forçou, se fez um acordo, um Tratado Brasil-Bolívia para a exploração dos hidrocarbonetos, e depois um acordo Petrobras e governo boliviano, através da *holding* da Petrobras na Holanda, porque a Holanda tinha um acordo de proteção de investimentos com a Bolívia.

E aconteceu aquilo: o Morales veio em 2006 e invadiu e tomou tudo, expropriou. E o Brasil – aí sim, foi traição à pátria – Lula sabia disso e não fez nada. Tanto que houve aquela patética reunião em Porto Iguaçu, com o Kirchner, com o Chávez, que não tinha nada a ver, com o Morales e o Lula, e disseram que "tá, tá bom, iam acertar". E a Bolívia nunca pagou a indenização dos ativos da Petrobras na Bolívia. Expropriou tudo e depois falou: "não, a gente vai fornecer gás a preços valorizados", porque o Lula também permitiu que o preço do gás aumentasse, como permitiu no acordo de Itaipu, que Itaipu pagasse mais *royalties* ao Paraguai, contrariamente ao acordo.

O Lula fez todos esses favores para os seus vizinhos, para ser líder, né? Mas ele não tinha os petrodólares do Chávez, e não tinha a *hispanidad* do Kirchner. O cara que precisava até de tradução do espanhol para o português e vice-versa. Então, ele nunca conseguiu ser líder de nada, e hoje tampouco, né? Briga até com os aliados de esquerda e da direita, como o Bolsonaro brigou com todo mundo que não fosse de direita e ofendeu a gente de "esquerda" e tudo. Olha, é um negócio, assim, patético, viu?

Então, eu diria que no Fernando Henrique se tentou fazer, mas houve problemas internos na Argentina, e no próprio Brasil, e desafios externos da ALCA e de crises financeiras externas nos anos 1990. No Lula, houve uma situação muito favorável no plano econômico, e a situação econômica no Brasil estava estabilizada. A Argentina, que fez toda aquela trapalhada de 1999 a 2001, deu calote, poderia ter finalmente adotado uma política de convergência, porque o peso também passou a flutuar, relativamente, ainda que administrado. E seria a maneira de você juntar peso e, digamos, real, e fazer aquilo que o Fernando Henrique tinha proposto em 1999, uma mini-Maastricht. Mas ele perdeu a oportunidade, porque o Kirchner, como o Lula, também era um ignorante econômico e estava mais interessado em retórica política, palanque, do que em fazer o dever de casa, que é muito exigente. Para fazer um mini-Maastricht e caminhar para a coordenação de políticas, como deveria ser feito a partir de 2002, 2003, exigiria que todo mundo se coordenasse, mas se coordenar com um peronismo vagabundo, como sempre foi o dos Kirchner, corrupto, aliás, e com a bagunça também do Lula... O Lula querendo fazer demagogia, querendo IBAS, BRICS, G7, que ele participava, e as reuniões com os presidentes africanos e presidentes árabes, aquele protagonismo todo.

Ele tinha muitas iniciativas e pouca efetividade na consistência interna. E, depois, o Palocci ainda tinha uma equipe econômica razoável, mas o Mantega era um idiota, né? O Mantega era um pau-mandado do Lula, continuou com a Dilma, e afundaram a economia do Brasil a partir de 2011, porque aí fizeram tudo errado. O Meirelles, no Banco Central, que ficou uns oito anos do Lula, ele ainda manteve uma certa consistência, mas também não podia impedir que o Brasil fizesse, por exemplo, um fundo soberano. Isso é para o país que tem superávit fiscal e superávit de transações correntes, que são exportadores de petróleo. O Brasil não tinha nenhum superávit: nem orçamentário, nem fiscal, nem de transações correntes, e, no entanto, fez com dinheiro orçamentário. O dinheiro foi parar na Petrobras, que diluiu naqueles grandes projetos que ela fez nos anos Lula: a SETI [Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior] para fazer plataforma de exploração petrolífera, investimento em biodiesel e tudo, né? A Petrobras fez absolutamente tudo sobre Lula. E aí entrou naquele circo de ser a maior empresa endividada do mundo, né? Ela tinha uma dívida que era equivalente a cinco vezes o seu patrimônio. Era um negócio alucinante.

JF – ***Entrando na nona questão, que é até um pouco longa, então vou fazer uma enumeração de fatores, né?***

PRA – Exato.

JF – ***Existem diferentes explicações na literatura acadêmica sobre os motivos da instabilidade do Mercosul pós-1999 e da consequente reforma no governo Lula. Dentre elas, estão: 1) ausência no Protocolo de Ouro Preto de um tribunal arbitral e poucos mecanismos de coordenação ou cooperação setorial; 2) abalos no processo de estabilização econômica do Brasil e da Argentina; 3) insuficiência do Mercosul enquanto estrutura harmonizadora – ou "estrutura disciplinadora", como colocado em um artigo seu de 2011 – das políticas econômicas nacionais, macroeconômicas e setoriais; 4) "déficit democrático"; e 5) "assimetrias estruturais", que vão justificar a criação de um FOCEM posteriormente, enfim, o que é uma coisa que debatemos um pouco no primeiro encontro. Qual é a sua avaliação sobre essas interpretações?***

PRA – Bom, vamos separar o que é interpretação, o que é academicismo, o que é literatura acadêmica da realidade. O déficit democrático é uma invenção que o pessoal da esquerda na Europa, que falam: "Ah, estão lá os tecnocratas em Bruxelas e ficam implantando coisas, não consultam a população." Claro, porque são políticas, às vezes, que são chamadas de "austericídio", mas que são necessárias por causa do déficit, né? O critério Maastricht é aquilo: 3% de déficit orçamentário e 60% de dívida pública. Acima disso, pode haver sanção nos países, multa. Nem a França nem a Alemanha cumpriram tudo o tempo todo. Mas, claro, os países menores, tipo Grécia, Itália, Espanha, Portugal, violaram mais. Então, déficit democrático é dizer: "olha, estão lá os tecnocratas e eles não ligam para o povo, para o consumidor."

Isso é bobagem. A tecnocracia tem que comandar os processos de integração, que são muito complexos no plano estritamente institucional, né? Você tem que regulamentar tudo. Na Europa, você pode dizer: "eu acho que a Europa fez uma catedral gótica." Durante a Idade Média, você construiu catedrais durante 300 anos, 400 anos, que consumiam recursos dos governos, taxavam os camponeses, os barões etc. E demorou 200, 300 anos para construir uma catedral gótica. A Europa é uma catedral gótica, né? Foi muito custoso, e é muito custoso, manter. No caso do Mercosul, é difícil falar em déficit democrático, porque os países são umbilicalmente voltados para si mesmos. O sentido de integração vale mais para essas reuniões de presidentes, fazer discursos e tal, ou na ONU, ou em outras reuniões internacionais, e fica por aí. Porque, no plano interno, cada um vai cuidar do seu déficit orçamentário, do seu desequilíbrio no balanço de pagamentos, das suas greves setoriais, e tem que resolver os problemas.

Então, o déficit democrático é uma construção acadêmica que não faz muito sentido, porque as burocracias são necessárias e são inevitáveis. Você não consegue fazer um processo de integração — que significa a harmonização de milhões de regras ou de milhares de leis nacionais, setoriais — sem ter uma burocracia extensa. Então, não dá para você ficar fazendo plebiscito o tempo todo para aprovar regulamento para queijo, para o *foie gras*, para essas coisas (ainda que se faça de vez em quando). O pessoal protesta e tal, mas é isso. E depois, quando tem problema, vai para o Tribunal de Luxemburgo, aí entra já na parte judiciária. O Tribunal de Luxemburgo tem poderes, realmente, e são cumpridos; no caso do Brasil isso não existe.

Então, o déficit democrático é uma invenção de pessoal insatisfeito com a burocracia – o que eu acho que tem alguma validade, tem legitimidade –, mas é difícil evitar o déficit democrático. As burocracias têm que se fechar sobre si mesmas e discutir entre os técnicos como é que vai ser a circulação dos produtos. Os produtos, em primeiro lugar, precisam ter a mesma metrologia. Você não pode fazer, como os Estados Unidos, contar em libras. A Inglaterra também aderiu ao padrão decimal, quando ingressou na Comunidade em 1972, passou para o padrão decimal, e os Estados Unidos continuam no padrão deles, milha, libra, etc. Então, no caso do Mercosul, você precisa fazer isso, você não pode ter metragens diferentes, você tem que ter a mesma metrologia, e tudo isso não é harmonizado.

Assimetria estrutural é uma bobagem monumental. Eu considero isso a pior bobagem que tem, que está no fundo do Mercosul, lá no FOCEM, na base do Mercosul, porque, claro, os países são diferentes, mas o mundo todo é diferente. Um país internamente é diferente. Você tem ricos e pobres, você tem regiões industrializadas e outras subdesenvolvidas, você tem todo tipo de assimetria, e só existe comércio por causa das assimetrias. Você não pode evitar a realidade evidente de que alguns países exportam lã, porque têm muitos carneiros, como era a Inglaterra, outros países exportam vinho, ou você exporta seda e especiarias, açúcar, café, que não existem no teu país. Então, a assimetria é a base do comércio internacional. Se não tivesse assimetria, não teria comércio internacional. Então, achar que, porque um país é maior do que outro, tem que corrigir a assimetria de um menor (Paraguai, Uruguai), ou que o Brasil tenha que ser condescendente com a Argentina, porque a Argentina não tem os instrumentos de política fiscal que tem o Brasil etc., é uma bobagem monumental.

Então, você fez o FOCEM, mas isso já sai do Fernando Henrique, tanto que o Fernando Henrique resistiu. Todos os países, sobretudo a Argentina, falavam de assimetria durante os anos 1990, os pequenos também. Bom, assimetria quer dizer o quê? Que o Uruguai não tem petróleo, precisa importar petróleo, mas tem uma estatal lá do petróleo. A Argentina tem petróleo e gás, mas não tem como explorar, porque não tem investimento, então ou privatiza ou

faz estatal. O Paraguai tem uma estrutura de comércio exterior aberta, importa tudo quanto é bugiganga da Ásia e depois vai de contrabando para o Brasil, para a Argentina. Todos eles reclamavam, e no Fernando Henrique não se fez nada disso, se falou: "olha, a gente tem que construir um processo gradual de convergência, segundo diz o Tratado de Assunção, mas nós não somos um processo supranacional como é a União Europeia, em que você cria um pacto pelo qual os países pagantes, os mais desenvolvidos, os mais avançados, os que têm renda mais alta, fazem um fundo para financiar os países mais pobres." E era isso.

Quando a Irlanda ingressou, junto com a Inglaterra e a Dinamarca, na Comunidade Europeia, era o país mais pobre dos seis, que se tornaram nove, e ela se beneficiava de transferências. Depois, ela aprendeu e falou: "Não, agora vamos fazer aqui uma 'Zona Franca de Manaus'", e fizeram. A Irlanda se industrializou na base do *drawback*, estilo Suframa [Superintendência da Zona Franca de Manaus]: importa tudo, cobra pouco, transfere empresas para cá, nós transformamos aqui, exportamos para o resto dos seis, dos outros oito países membros. E assim a Irlanda se desenvolveu e deixou de receber subsídio, porque hoje tem uma renda per capita que é o dobro da média comunitária. Assim fizeram a Polônia, a Tchecoslováquia, quando existia, e os outros que se beneficiaram de fundos. Portugal se beneficiou, todas as autoestradas portuguesas foram construídas com fundos europeus. A Espanha também se beneficiou... já era mais desenvolvida, mas recebeu muito investimento alemão, investimento privado alemão, para produzir na Espanha, um grande país, grande mercado, mão de obra mais barata. E assim foi sendo a correção das assimetrias, seja pelo mercado, investimentos diretos dos outros países, seja pelos fundos assistenciais.

Mas o Brasil não é uma Alemanha, não é um país que tem a potência industrial alemã, para dizer: "Bom, eu concedo transferir 100 bilhões para o orçamento comunitário e só ser beneficiário em 70 ou 80 bilhões, o resto vai para os países mais pobres." Essa é uma política generosa que a Alemanha pode fazer, mas o Lula achava que poderia fazer isso. O Fernando Henrique nunca aceitou isso, isso só começou no governo do Lula.

Então, 4 e 5, eu tiraria como sonhos lunáticos, seja de acadêmicos, seja de interpretações erradas, pós-Fernando Henrique. Assimetria estrutural é um conceito básico no governo do Lula, mas nunca foi do Fernando Henrique, e pronto; e se fez. Eu até critiquei muito, por isso fiquei até ostracizado, porque achava que não devia fazer isso. Bom, se eles não têm dinheiro para construir isso e aquilo, vai no BID, vai no Banco Mundial. Por que a gente tem que fazer um programa para financiar alguma coisa no Paraguai e no Uruguai (que, aliás, têm uma renda *per capita* superior à do Brasil)? O único que tem uma renda *per capita* inferior é o Paraguai, por outras razões. Mas, por que o Brasil tem que financiar coisa na Argentina e no Uruguai, que

têm uma renda *per capita* melhor, têm um bem-estar melhor do que o Brasil? O Brasil tem assimetrias internas muito mais relevantes e importantes, entre o Nordeste, o Norte e o Sudeste, do que as assimetrias entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai. Então, é um erro terrível de concepção.

Bom, vamos voltar para o primeiro; a ausência no Protocolo de Ouro Preto de um tribunal arbitral. Bom, isso é um negócio muito difícil de fazer. Por quê? Você fez um tratado da ALALC de livre-comércio, os países deveriam reduzir as tarifas progressivamente para fazer a zona de livre-comércio na América Latina. Nunca se fez. Chegou dez anos depois, a coisa não andou; você renovou por mais dez anos, em 1970, e foi até 1980; mas aí você trocou, saiu do livre-comércio para preferências tarifárias. Aí se fez isso que estava permitido pelo GATT, na Cláusula de Habilitação de 1979, de acordos preferenciais entre países em desenvolvimento, sem reciprocidade, sem estendê-los às partes contratantes mais avançadas. Se dobraram à realidade. Então, é o que se fez. E se você botar um tribunal para cumprir o acordo do artigo 24 do GATT, ou cumprir as exigências de livre-comércio, que estão lá no calendário, que em 1970 vai ser tarifa zero, não vai funcionar, e o tribunal não vai ser respeitado. Assim aconteceu no Grupo Andino, que fez tribunal, fez Junta de Cartagena – ou seja, uma espécie de comissão de Bruxelas em Lima –, mas os países continuaram fazendo suas políticas nacionais sem dar muita atenção para as diretivas do Grupo Andino, e o tribunal que existia também não era respeitado.

No Brasil, se você fizesse um tribunal estilo Luxemburgo, não seria respeitado, iria ser uma perda de credibilidade. O que você fez foi um Protocolo de Brasília, de solução de controvérsias, designando juízes *ad hoc*, examinando a legislação do Mercosul, a legislação do comércio internacional, do GATT etc. E funcionou para alguns poucos casos, mas muitos países não respeitaram, tanto que, na era Cavallo, você teve várias salvaguardas argentinas ilegais não só do Mercosul, como também do GATT, e o Fernando Henrique recorreu. Já não era mais nem o Protocolo de Brasília, era já Olivos, aquela construção arbitral permanente, sediada em Asunción, como faz no GATT. Você tem os árbitros que são designados; cada vez que tem um caso, vai lá, escolhe três e resolve o caso.

E a Argentina não cumpriu simplesmente, aí o Fernando Henrique foi ao GATT contra a Argentina, o que é uma coisa que aconteceu várias vezes nos anos 1990. Carne de porco, calçados e tudo mais. O Fernando Henrique fez…

JF – Dois países que faziam parte de um mercado comum, mas com embate no GATT.

PRA – É, o que era estranho, porque se deveria ter resolvido dentro do próprio bloco, mas não conseguiu se resolver porque a Argentina simplesmente não cumpriu. Como o Brasil também não cumpriu uma demanda do Uruguai sobre pneus reciclados – esses pneus que você faz o recapeamento e dá o tratamento. O Uruguai reclamou, o Brasil não cumpriu, Uruguai foi ao GATT e o Brasil perdeu. Não sei exatamente os detalhes, mas está nos livros, Solução de Controvérsias no GATT, tem todo o processo lá, o Brasil tem esses registros todos.

Você criar um tribunal de Luxemburgo no Mercosul seria impossível, e mesmo um tribunal permanente de arbitragem às vezes não funciona. Não funciona, então o que faz o GATT? O GATT julga, condena, autoriza a retaliação, sanções. Então você pode sobretaxar em tantos por cento ou até tal valor o outro país, o que aconteceu, por exemplo, no julgamento do algodão. Estados Unidos subsidiando lá o algodão e subsidiando a exportação contra os interesses brasileiros, contra os interesses de países africanos, produtores e exportadores de algodão. Eles foram condenados e tinham que pagar. Aí prometeram que iriam financiar programas no Brasil, pagaram um pouquinho e depois pararam de pagar. Mas aí também a gente já abandonou o algodão, fomos para a soja, fomos para o milho e tal.

Você vê como a coisa vai mudando. Às vezes por outras razões, por exemplo, o Brasil era um grande produtor e exportador de cacau. Teve uma doença lá na Bahia que simplesmente extinguiu. E dizem, enfim, pelas reportagens que eu li, que foram os petistas, que tinham raiva dos cacaueiros, que introduziram esse vírus lá e que acabou com a exploração escravocrata na indústria do cacau baiana. Acabou. Hoje em dia o Brasil não é um grande produtor. Tem um pouco, porque você corrige um pouco. Você teve doença da laranja também, que afetou; foi um problema sério. Várias culturas você tem. Tem as epizootias animais, febre aftosa. Hoje o Brasil já está declarado livre de febre aftosa, mas durante muitos anos você não podia exportar carne ou carne fresca para vários países por causa da febre aftosa no Brasil; ou gripe aviária, febre suína, vaca louca… Tudo isso ocorre em todos os países, e você tem que cumprir exigências sanitárias. E muitos países fazem sacanagem. O Canadá nos acusou de ter vaca louca para proibir exportação de carne no Brasil. A gente entrou no GATT e provou que não tinha vaca louca nenhuma no Brasil.

JF – Dos cinco elementos, então, o senhor concorda com o segundo e o terceiro, e rejeita o primeiro, o quarto e o quinto.

PRA – É, o segundo e o terceiro não dependem de literatura acadêmica, é a própria realidade. Sim, você teve abalos na primeira fase do Mercosul, ajustados em 1999 e 2000. Depois, a

Argentina, em 1999 e 2001, teve abalos, e, na recuperação, ela nunca convergiu para o Mercosul. E sim, continuou fazendo as suas bobagens “peronistas”, “kirchneristas” etc. Então, o segundo está correto, é isso mesmo: a instabilidade no Mercosul se deve a descumprimentos pelo Brasil e pela Argentina dos seus compromissos no Mercosul por deficiências próprias, por crises econômicas, por desafios externos de balanço de pagamentos, balanço comercial etc.

E insuficiência do Mercosul. Quando começou o Mercosul, eu achei que ele poderia ser uma espécie de camisa de força para impedir governos malucos que viessem e mudassem totalmente a política comercial, política fiscal, tributária, porque a gente não conseguiria fazer sozinho. Porque o governo é isso: o governo é populista, o Congresso é oportunista e acaba aprovando coisas que dificultam o comércio bilateral ou comunitário, digamos, no Mercosul. Então, seria uma camisa de força, como é o ingresso na OCDE. Na OCDE, nem precisa entrar, mas, se aplicar as medidas típicas da OCDE, você consolidaria uma solidez fiscal, monetária, tributária, cambial, setorial muito importante.

Por isso que eu sou a favor de o Brasil não necessariamente entrar na OCDE, mas cumprir a agenda da OCDE, porque são os países mais prósperos — não têm grande crescimento, mas são países mais estáveis, com bem-estar, com liberdades econômicas, com tudo. Nosso objetivo deveria ser isso, deveria ser um país de renda média, mas com estabilidade macroeconômica, cambial, monetária, abertura em investimentos externos, imigração e tudo. Infelizmente, não é.

Então, o dois e o três são exigências de políticas macroeconômicas e setoriais que nós não cumprimos. Quatro e cinco são sonhos acadêmicos ou governamentais equivocados. O um é uma realidade: se você tivesse feito uma comissão do Mercosul em Montevidéu com poderes para implementar e recorrer a um tribunal quando o país não cumprisse, ele iria se tornar absolutamente ridículo, porque ninguém iria querer cumprir. O Mercosul, em Montevidéu, diria que a Argentina não pode fazer salvaguardas, mas ela está fazendo por exigências dos seus importadores ou dos seus produtores de linha branca e de carne ou de têxteis ou de calçados, entendeu? Então, haveria um descrédito.

Por isso, você mantém um mecanismo mais flexível, que depende de conversa. Então, o Fernando Henrique, de vez em quando, falava com o Menem e diminuía um pouco o âmbito protecionista da União Industrial Argentina ou das suas federações setoriais. E assim é. E o Lula também pediu para a Fiesp, Ciesp [Centro das Indústrias do Estado de São Paulo], CNI e as federações: “Olha, calma isso aí, os argentinos estão na merda, temos que ajudá-los, então vamos aceitar restrição sobre a linha branca”. Foi isso que ele fez. Foi a São Paulo e falou claramente: “Olha, não adianta vocês quererem exportar e a Argentina ir à falência, então vamos

aceitar uma redução". E assim foi feito. E os industriais se dobraram, contra o Tratado de Assunção, contra o processo de integração, mas "o presidente pediu, a gente obedece", porque, ao mesmo tempo, você vai a Brasília e pede o empréstimo do BNDES, pede uma medida aqui e acolá, e "nos favorece".

JF – ***Uma troca de favores.***

PRA – Exatamente, sempre funcionou assim. São as oligarquias, e essa é a realidade do Brasil e de todo o resto da América Latina: oligarquias de esquerda, de direita, estatais, privadas. Essa é a realidade. Então, por que tem importância para a literatura acadêmica? Porque os acadêmicos partem de alguns modelos que vão pescar lá nos Estados Unidos ou lá na Europa e vêm aplicar aqui no Brasil. A realidade é outra, não funciona. Então, falar em déficit democrático... Vai falar isso para o Chávez: "Não, aqui é uma democracia, eu faço plebiscito". Como diz o Lula, "teve mais eleição do que em qualquer outro país". Então, não cola.

O Morales simplesmente rasgou o acordo Brasil-Bolívia, porque era um acordo de país para país, e ele simplesmente invadiu as instalações da Petrobras em Cochabamba (ou não sei onde era lá) e simplesmente expropriou e nunca pagou. E o Lula aceitou. O negócio ficou por isso mesmo. Eu me lembro bem porque um diplomata boliviano depois veio me dizer: "*Hermano, yo no lo creía, Marco Aurélio García era uno de los nuestros, defendía nuestras posiciones*". Quer dizer, o chanceler para a América do Sul estava do lado do mais boliviano, do Morales, não do lado dos interesses da Petrobras ou do Brasil.

JF – ***Ele era o assessor especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais.***

PRA – Durante 13 anos e meio, desde o Lula até a Dilma. Então foi isso. A gente tem esses problemas todos lá no processo de integração que são ou objetivos, ou políticos. Então, não há um modelo de regionalismo... que a gente escolha. Até tem: quando os europeus começaram a fazer o Ato Único, e os americanos começaram com a febre de zona de livre comércio e tudo, a gente achou que deveria fazer a mesma coisa. Então, tem esse modelo: "Ah, então agora o problema é a integração, então vamos fazer o Mercado Comum do Sul". Mas o modelo tem que se conformar à realidade.

Em primeiro lugar, a baixa intensidade do comércio, que na Europa era evidente. Você saiu, talvez, de 50% do comércio natural para 60%, 70%, 80% por causa da integração, mas já havia uma base significativa anterior. E, depois, havia uma certa homogeneidade, pelo menos

na Europa do Norte, com exceção da Itália do Sul, depois da Grécia, de Portugal e da Espanha. Os países eram mais ou menos padrões similares, estavam na OECE, estavam na OCDE e começaram com o Tratado de Paris lá em 1951, 1952, então já tinha a supranacionalidade, o modelo comunitário, funcionando desde os anos 1950. Então, conseguiram fazer, a trancos e barrancos, o mercado comum nos anos 1960, que continuou deficiente, e o Tribunal teve que atuar muitas vezes nos anos 1960, 1970, 1980, até que veio o Ato Único e disse: "Olha, todo mundo precisa se ajustar". E aí os países se ajustaram e foi. Claro, a Alemanha financiou muita coisa, e se fez a loucura agrícola comum, que consome metade do orçamento, e a Europa ficou realmente uma união econômica muito poderosa, mas com dificuldades internas.

A gente sabe que entre França e Alemanha, de um lado, e Espanha, Polônia e outros países, do outro, às vezes é complicado em termos orçamentários, em termos de políticas setoriais, e, às vezes, os países também (por orientação política) derrogam. Por exemplo, a Polônia da direita foi sancionada por Bruxelas por fazer coisas contra direitos humanos, contra mulheres, contra o aborto, não sei o quê; a Hungria também. São países que discrepam do molde geral. É claro, você tem um modelo de integração que é o ideal, e a realidade, às vezes, precisa se acomodar a isso. Você fez Maastricht, a Inglaterra até deu autonomia para o Bank of England, mas nunca ingressou na moeda comum ou no espaço Schengen, de livre circulação de pessoas; sempre manteve suas fronteiras fechadas, necessidade de visto etc.

JF – ***A entrevista, a exposição do senhor, foi excelente. Caso tenha algo a acrescentar ou algum ponto que considere importante e que não tenha sido contemplado, sinta-se à vontade para complementar...***

PRA – Olha, o ponto que eu considero é o seguinte: existe uma diferença entre o mundo acadêmico e o mundo dos tecnocratas, nós, diplomatas ou tecnocratas da economia. A gente não pensa muito em termos de propostas ideais. Pode até os diplomatas estabelecerem o ideal: mercado comum em 1994, mercado comum não sei quando. Mas a coisa não avançar no terreno, porque os tecnocratas internos não fazem as reformas necessárias, e aí a coisa fica pendente, carente e não avança. Eu acho que tem que ser muito claro nisso. Quer dizer, uma coisa é o modelo ideal, outra coisa são essas coisas de acadêmicos, de déficit democrático, de assimetrias estruturais; outra coisa é a realidade prática e os desafios externos (crise financeira e, agora, o desafio da China etc.), e as escolhas políticas. O Brasil acha que vai poder caminhar para uma nova ordem global e que a China é que representa o futuro, mas isso é PT, isso é antiamericanismo primário. O Brasil é um país ocidental, a China é um bom mercado, pode dar

muito dinheiro, por exemplo, em termos de investimento e comprar muita coisa, é a nossa salvação no saldo comercial, mas a China está cuidando dos seus interesses.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. [maio 2024]. Entrevistador: José Paulo Silva Ferreira. Goiânia, 2024. 2 arquivos .mp3 (130 e 163 min.).